

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LIVI GERBASE

**O MAIS JOVEM ESTADO DO MUNDO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SUDÃO
DO SUL E SUAS IMPLICAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS**

Porto Alegre

2015

LIVI GERBASE

**O MAIS JOVEM ESTADO DO MUNDO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SUDÃO
DO SUL E SUAS IMPLICAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre

2015

LIVI GERBASE

**O MAIS JOVEM ESTADO DO MUNDO: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO SUDÃO
DO SUL E SUAS IMPLICAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Prof.. Dr. Luiz Dario Teixeira-Ribeiro
UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
UFRGS

Ao povo da República do Sudão do Sul

AGRADECIMENTOS

Primeiro e principalmente, eu gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil, por me proporcionar educação gratuita e de altíssima qualidade durante a minha graduação.

Segundo, queria agradecer minha família, principalmente meu pai, minha mãe e minhas irmãs, pelo amor, pelo apoio e pela tentativa de compreensão dos meus múltiplos campos de interesse ao longo dessa jornada.

Terceiro, um agradecimento especial ao meu orientador, de monografia e de pesquisa por mais de três anos, professor Paulo G. F. Visentini, pelo entusiasmo pelos assuntos africanos que encantou não só os nerintianos, mas todo o corpo discente das relações internacionais.

Quarto, aos professores José Miguel Quedi Martins e Gláucia Angélica Campregher, cuja paixão e dedicação pelo ensino me motivam a seguir a carreira acadêmica.

Quinto, gostaria de agradecer ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais, e principalmente aos nerintianos Willian Moraes Roberto e Ana Paula de Mattos Calich, por embarcarem juntos na tentativa de explorar o continente africano em todas suas idiosincrasias.

Sexto, aos contrapontianos, que alegraram o final da minha graduação com um projeto de extensão, de militância, de amor.

Sétimo, à Isadora Campregher Paiva e à Luciana Costa Brandão, duas amigas que tenho certeza que permanecerão comigo para sempre.

Em oitavo e último lugar, gostaria de agradecer ao Pedro. Pelo companheirismo de cinco anos de jornada, pelas conversas intermináveis sobre qualquer assunto que me apetecesse, por nunca duvidar das minhas capacidades de fazer o que eu quisesse da minha vida. Por tudo.

Il y a violence inhérente à une idée particulière de raison

Achille Mbembe

RESUMO

A presente monografia é um estudo sobre o processo de formação do Sudão do Sul, assim como das implicações internas e externas de tal processo. O tema são os processos de construção de Estado, ou *statebuilding*, e o objeto, o processo de formação do Sudão do Sul. Em relação ao processo de construção de Estado, o caso do Sudão do Sul, após uma análise histórica e teórica sobre a construção de Estado na África, foi enquadrado no conceito de Construção Internacional de Estado devido à presença externa ser fundamental para sua existência. Após o fim da Segunda Guerra Civil Sudanesa (SGCS) (1983-2005), o Acordo de Paz Compreensivo, fruto da pressão estadunidense e assinado pelos dois lados beligerantes, foi o que garantiu a realização de um plebiscito para determinar o futuro do Sudão do Sul. A principal implicação interna do processo de formação do Sudão do Sul, por sua vez, foi a manutenção do SPLM/A, e de suas práticas políticas e militares propostas no período de guerra, no poder central, o que teve como consequência a crise no Sudão do Sul entre 2013 e 2015. Por último, as implicações externas foram divididas em regionais e internacionais. A implicação regional principal é um rebalanceamento de poder na Região da Bacia do Rio Nilo, primeiramente em prol da Etiópia, mas num momento posterior, do Egito. As implicações internacionais, finalmente, estão relacionadas com o conflito entre Estados Unidos e China na África e mostram um balanceamento em prol do primeiro, devido a situação de caos que desestabiliza a produção petrolífera sul-sudanesa desde os primeiros meses de sua independência.

Palavras-chave: Sudão do Sul. Estado. África. Rio Nilo. Petróleo.

ABSTRACT

This monograph is a study of the process of formation of South Sudan, as well as its internal and external implications. The main theme is the process of statebuilding and the object, the formation of South Sudan. Regarding the statebuilding process, the case of South Sudan, after a historical and theoretical analysis of the construction of state in Africa, was framed within the concept of International Statebuilding due to the fundamental importance of foreign pressures to its existence. After the Second Sudanese Civil War (1983-2005), the Comprehensive Peace Agreement, a result of US pressure that was signed by the two warring sides, led to a plebiscite that determined the future of Southern Sudan. The main internal implication of the process of formation of South Sudan was the maintenance of the SPLM/A in power, as well as its political and military practices proposed in wartime, which resulted in the crisis in Sudan South between 2013 and 2015. Finally, the external implications were divided into regional and international ones. The regional implication is a rebalancing of power in the region of the Nile River Basin, at first towards Ethiopia, but later towards Egypt. International implications, finally, are related to the conflict between the US and China in Africa and show a balance in favor of the first because of the chaotic situation that destabilizes the South Sudanese oil production ever since the first months of its independence.

Keywords: South Sudan. Statebuilding. Nile River. Oil. Africa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Sudão do Sul, seus vizinhos e seu entorno geográfico.....	12
Figura 2 – Oleodutos no Sudão e Sudão do Sul.....	17
Figura 3 – Os estados do Sudão do Sul, agrupados em três províncias históricas: Bahr el Ghazal (Verde), Equatoria (Azul) e Grande Alto Nilo (Amarelo)	50
Figura 4 – A região da Bacia do Rio Nilo.....	54
Figura 5 - Mapeamento dos campos petrolíferos sul-sudaneses no ano de 2015.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APC – Acordo de Paz Compreensivo
- AQC – Acordo-Quadro de Cooperação
- CIE – Construção Internacional de Estado
- CPNC – Companhia Petrolífera Nacional Chinesa
- IBN - Iniciativa da Bacia do Nilo
- IGAD - Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
- IGADD - Autoridade Intergovernamental para a Seca e o Desenvolvimento
- OAA – Ordens de Acesso Aberto
- OAL – Ordens de Acesso Limitado
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OI - Organização Internacional
- ONG - Organizações Não-Governamental
- OUA – Organização da Unidade Africana
- PGCS – Primeira Guerra Civil Sudanesa
- NCP – Partido do Congresso Nacional
- RGR – Represa da Grande Renascença
- SI – Sistema Internacional
- SGCS – Segunda Guerra Civil Sudanesa
- SPLM/A – Exército/Movimento Popular de Libertação do Sudão
- SPLM - Movimento Popular de Libertação do Sudão
- SPLA – Exército Popular de Libertação do Sudão
- SPLM/A-O - Exército/Movimento Popular de Libertação do Sudão - em Oposição
- SPLM/A-N - Exército/Movimento Popular de Libertação do Sudão - Norte
- SSDF - Forças de Defesa do Sudão do Sul
- UNMISS – Missão de Paz da ONU no Sudão do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A CONSTRUÇÃO DE ESTADO E A FORMAÇÃO DO SUDÃO DO SUL.....	21
2.1. A CONSTRUÇÃO DE ESTADO COMO CONCEITO FENÔMENO HISTÓRICO DO SISTEMA INTERNACIONAL.....	21
2.2. A CONSTRUÇÃO INTERNACIONAL DE ESTADO.....	30
2.3. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO SUDÃO DO SUL.....	34
3 IMPLICAÇÕES INTERNAS DA CRIAÇÃO DO SUDÃO DO SUL.....	43
4 IMPLICAÇÕES EXTERNAS DA CRIAÇÃO DO SUDÃO DO SUL.....	54
4.1 IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA REGIONAL: O CASO DA REGIÃO DA BACIA DO RIO NILO.....	54
4.2 IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA INTERNACIONAL: O PETRÓLEO SUL-SUDANÊS E AS GRANDES POTÊNCIAS.....	59
5 CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

O Sudão do Sul é o mais jovem país do mundo, conquistando a sua independência do Sudão em 1º de julho de 2011 a partir de um plebiscito. O país, cuja capital é Juba, se estende por 64.329 quilômetros quadrados e possui fronteiras, como mostra a Figura 1, com a República Centro Africana, a República Democrática do Congo, a Etiópia, o Quênia, a Uganda e o Sudão, a última a mais extensa, com dois mil quilômetros. Desde sua independência, o Sudão do Sul é um país sem saída para o mar e se constitui fisicamente de uma planície com algumas montanhas ao sul. Durante a estação chuvosa (de abril a outubro) as áreas baixas perto do Nilo Branco, principal rio do país, ficam alagadas, formando a região conhecida como *Sudd*, uma das maiores áreas alagadas do mundo e principal fonte de agropecuária do país. A população, de cerca de 11,5 milhões, possui caráter multiétnico, sendo os dois maiores grupos étnicos, os Dinka e os Nuer, com 35,8% e 15,6% da população, respectivamente. Em relação à religiosidade, os sul-sudaneses praticam majoritariamente religiões africanas autóctones e o Cristianismo. Sobretudo se comparado ao Sudão, o Sudão do Sul possui recursos naturais que o fazem estratégico. Devido ao *Sudd* e altos índices de precipitação no país, o Sudão do Sul possui mais terras aráveis que seu vizinho boreal. O outro recurso seria o petróleo, cujas reservas comprovadas são a sexta maior da África e vigésima oitava maior do mundo, estipuladas em cerca de 3.75 bilhões de barris (CIA, 2014).

Figura 1: O Sudão do Sul, seus vizinhos e seu entorno geográfico.



Fonte: (GEOGRAFIA E ATUALIDADES, 2015)

Quando da independência do Sudão do Sul, líderes de todo globo foram à Juba prestar homenagem ao mais novo país do Sistema Internacional (SI). A expectativa de todos era que o novo país rumasse em direção à estabilidade interna e ao desenvolvimento, partindo do

pressuposto de uma iminente necessidade de maior autonomia à região sul do Sudão. O breve período pós independência, contudo, já demonstrou que tal expectativas foram infundadas: enquanto que o ano de 2012 foi marcado por conflitos com o Sudão, principalmente na região fronteiriça, no final de 2013 iniciou-se um conflito interno no Sudão do Sul que se manteve até agosto de 2015.

Os índices socioeconômicos também não melhoraram nesses quatro anos de independência, sendo o Sudão do Sul um dos países mais pobres do mundo, com o índice de pobreza aumentando de 44,7% para 57,2% entre 2011 e 2013. Além disso, é o país com maior dependência petrolífera do mundo, com suas reservas, que tendem a cair nos próximos anos, contabilizando 60% do PIB e 98% das rendas governamentais. Entretanto, devido a sua baixa população, o PIB per capita de 1.081 dólares é relativamente elevado se comparado com seus vizinhos ugandeses e etíopes e é da mesma grandeza do índice sudanês (WORLD BANK, 2015). O país também passa por graves problemas infraestruturais, visto que existem apenas 300 quilômetros de estradas asfaltadas (WOODWARD, 2012), concentrados nos arredores de Juba e inoperantes durante o intenso período de chuvas. Há também praticamente nenhuma infraestrutura de saneamento básico, e o país possui somente três hospitais e um índice de apenas um médico para cada quinhentos mil habitantes (OLIVEIRA; SILVA, 2011).

Dadas as disparidades entre as expectativas e a realidade do mais novo país do mundo, e passados quase cinco anos desde sua independência, torna-se necessário um estudo aprofundado sobre a construção do Sudão do Sul. Dessa forma, o tema deste trabalho é a construção do Estado, ou *statebuilding*, e o objeto, a construção de Estado do Sudão do Sul. Pergunta-se, portanto, quais foram as causas da formação do Estado do Sudão do Sul e quais foram as implicações internas e externas do surgimento deste novo Estado.

Visto o objetivo do trabalho, isto é, evidenciar o processo de formação do Sudão do Sul e suas principais implicações para o próprio país, para seus vizinhos e para o cenário internacional, elaboram-se três hipóteses principais: 1 – A causa principal da criação do Estado do Sudão do Sul é externa, advinda da pressão internacional, principalmente estadunidense, para a independência do país; 2 – A consequência interna foi a ascensão ao poder do principal movimento armado da antiga região sul-sudanesa, o Exército/Movimento de Libertação Popular do Sudão (SPLM/A, sigla oficial em inglês¹), levando a uma situação de manutenção do *status quo*, isso é, das políticas articuladas pelo SPLM/A durante a guerra de libertação

¹ *Sudan People's Liberation Movement*, no original

nacional; 3 – A criação do Sudão do Sul teve implicações tanto regionais quanto para o sistema internacional como um todo.

A metodologia aplicada é a hipotético-dedutiva, visto que o trabalho parte da tentativa de comprovação das três hipóteses acima indicadas. As três hipóteses também servirão para balizar as três seções do trabalho, além da introdução e das considerações finais. Antes de explorar as considerações teóricas e históricas necessárias para o comprovar as hipóteses, entretanto, faz-se necessário uma breve retomada sobre a história do Sudão do Sul.

A região austral do antigo Sudão, chamada aqui por diante de região sul-sudanesa, sofreu historicamente um padrão de submissão à região norte do país que se inicia, de acordo com Johnson (2003), com as conquistas de Muhammed Ali. Representante da dominação do Império Turco-Otomano no Egito desde 1805, tal líder tinha como objetivo levar desenvolvimento ao Egito. Para isso, Ali coloca sob dominação egípcia o Sudão a partir de 1820. Após estabelecer uma estrutura administrativa em Cartum, os povos do norte sudanês, aliados às forças egípcias, começaram a explorar os recursos da região sul, principalmente escravos e terras aráveis, como forma de pagar os altos tributos cobrados pelo Egito. Muhammed, assim, pensava na região sul-sudanesa como uma fonte de abastecimento para o Egito, e os povos do Norte, para resistir à dominação, também começaram a pensar o mesmo.

O padrão de utilização da região sul sudanesa como fonte de escravos e a centralização administrativa no Norte se repetem com a colonização britânico-egípcia que se inicia em 1890. Uma novidade britânica foi o padrão de governo indireto britânico em suas colônias, a partir da nomeação de líderes nativos aliados à Grã-Bretanha para a administração burocrática colonial. Tal prática diminuiu os custos do projeto colonial, fragmentando as sociedades em grupos étnicos e criando hierarquias de poder entre os colonizados. No sul sudanês, porém, não havia de maneira clara líderes nativos para serem cooptados, sendo os postos administrativos muitas vezes preenchidos por nortistas. Outras políticas inglesas precisam ser evidenciadas: a criação de “distritos fechados” no Sul e no Norte, ou seja, a proibição de qualquer contato entre as duas regiões (GUIA DEL MUNDO, 2007); o apoio ao islamismo ortodoxo e à lei islâmica no Norte alinhado a proibição da difusão desta religião para o Sul, onde foi implementado o cristianismo através de missões religiosas; grandes projetos agrícolas e de infraestrutura no Norte e ausência desses no Sul. Desta forma, pouco a pouco formam-se duas regiões inteiramente separadas e estrangeiras em face da outra (HRBEK, 2010, p. 177).

Ainda que possa ser atribuída grande responsabilidade à Inglaterra pela criação de duas regiões com características políticas, culturais e étnicas distintas, quando os nortistas tiveram a oportunidade de criar um processo nacional, isto é, que abarcasse o desenvolvimento da região

sul, isso não ocorreu. O processo de independência do Sudão foi artificial e efêmero – e não o resultado de um movimento nacional unificador –, com a Inglaterra escrevendo uma constituição e declarando a independência com o intuito de evitar uma possível (e natural) união do Sudão com o Egito, na época sob administração nasserista.

Com a independência em 1956, os parlamentares sul sudaneses, em número muito inferior na Assembleia Legislativa, não tiveram suas preocupações ouvidas, e as tentativas de estabelecer uma federação no Sudão foram ignoradas pelos nortistas, que, com a independência, mantiveram o padrão colonial de submissão do sul ao norte (JOHNSON, 2003, p. 21-35). Os principais partidos nortistas eram islâmicos e apressaram-se em introduzir o árabe como língua oficial, sem qualquer preocupação em relação às diferenças culturais e às demandas do Sul (HRBEK, 2010, p. 176-178). A política econômica nortista também copiou o modelo inglês e almejou a permanência da burguesia nortista no poder central e o controle das riquezas sudanesas. A distribuição de hectares de terra para grandes empreendimentos agropecuários e a utilização de força, no contexto da guerra com o Sul e na região de Darfur, para o despejo de famílias sudanesas, foram e até hoje são práticas regulares do governo central em Cartum (AYERS, 2010, p. 166).

A política colonial britânica e pós-colonial nortista permitiram o aparecimento de características sul-sudanesas comuns desde a independência do Sudão, apontadas por Chazan et al (1999, p. 206-211). Necessárias para o aparecimento e o fortalecimento da luta contra o regime governamental, unindo o movimento a partir da diferenciação dessas em relação às do poder central, elas são: história, base territorial, língua, religião, normas culturais, instituições tradicionais, experiência colonial, entre outras. Assim, em 1956 já se inicia a Primeira Guerra Civil Sudanesa (PGCS), que se estende até 1972. O maior movimento dessa época foi o Movimento de Libertação do Sul Sudanês, que, em 1972, sentou com o governo para negociações, cujo resultado foi o Acordo de Adis Abeba. Tal acordo promoveu a criação de uma zona administrativa sulista separada do Norte. Inexistiu, contudo, uma real transmissão de poder do Norte para o Sul, e a descoberta de petróleo no sul do país levou o governo sudanês a cancelar a região autônoma (JOHNSON, 2003, p. 39-58).

A aliança sul sudanesa com o governo central, portanto, não gerou efeitos de longo prazo para o sul, alimentando a ideia de que não era possível negociar com Cartum. Os soldados sul sudaneses aos poucos se uniram no mais importante movimento de resistência da história do Sudão do Sul, o SPLM/A, criado em 1983 e liderado por John Garang. O movimento tinha como objetivo a derrubada do regime em Cartum a partir da união dos movimentos de oposição pelo Sudão. O apogeu do movimento se deu no final dos anos 1980, quando conquistou três

idades no sul do país; e no início dos anos 1990, com a formação da Aliança Democrática Nacional, aliança do SPLM/A com outros grupos de oposição que fizeram uma operação conjunta em 1997 e ameaçaram tomar Juba. O movimento, porém, perdeu força com o começo da exportação do petróleo, o que aumentava o poder econômico e, logo, militar, do regime central (JANES, 2009, p. 10). Rixas políticas e ideológicas internas no SPLM/A ocasionaram na formação do SPLM/A-Nasir em 1991, cujos principais líderes foram Riek Marchar e Lam Akol. O movimento recebeu apoio militar e financeiro de Cartum. Após dez anos de conflitos, todavia, Riek Marchar assinou um acordo de paz com Garang e seu grupo foi reincorporado ao SPLM/A em 2002.

Em 2005, é assinado o Acordo de Paz Compreensivo (APC) o qual, além de acordar a paz, instituiu o Governo de União Nacional, cujo presidente era Omar al-Bashir, presidente do Sudão desde 1989, e o vice-presidente, Garang; o Governo do Sudão, de presidência de al-Bashir; e o Governo do Sudão do Sul, cujo presidente era Garang e, o vice-presidente, Salva Kiir, comandante militar do SPLA²; manteve separado os exércitos do Sudão e do SPLA, ainda que com uma gradual assimilação destes em um exército unido; determinou a consecução de eleições nos Governos do Sudão e do Sudão do Sul em 2010; e marcou para 2011 um plebiscito no Sudão do Sul, onde a população poderia escolher entre a continuação do Governo de União Nacional ou a independência do Sudão do Sul.

No mesmo ano da assinatura do acordo, morre John Garang em um acidente de avião, ascendendo ao poder em seu lugar Salva Kiir. Em 2011, por 99% dos votos, a população sul-sudanesa escolheu pela criação do seu Estado. Ascende ao poder o SPLM, a partir do controle do executivo – liderado por Salva Kiir, atual presidente do país e Riek Marchar, na figura de vice-presidente –, e do legislativo, com 75,6% das cadeiras da Assembleia Legislativa Nacional (CIA, 2014). Duas crises políticas marcaram o início do mais novo Estado do mundo. Em 2012, o confisco de barris de petróleo por parte do Sudão levaram o Sudão do Sul a interromper sua produção petrolífera por nove meses, com graves consequências econômicas para ambos os países, dada a dependência sul-sudanesa dos oleodutos sudaneses para o escoamento de seu petróleo – como identificado na Figura 2. No final de 2013, por sua vez, um conflito interno entre o presidente e as facções de oposição, lideradas pelo ex-vice-presidente Riek Marchar, se estendeu até agosto de 2015.

² Salva Kiir é um líder com formação militar, atuando na PGSC e se unindo ao SPLM/A já em 1983, quando fez parte da mais alta instituição do partido, o Conselho de Alto Comando, liderado por Garang. Kiir começou a ser uma figura diplomática importante quando foi um dos líderes das negociações com o Sudão durante a década de 1990 e início dos anos 2000.

Figura 2: Oleodutos no Sudão e Sudão do Sul.



Fonte: Geografia e Atualidades, 2015

É possível agora desenvolver sobre as hipóteses centrais do trabalho. Em relação a primeira, que delineará as bases da primeira seção do trabalho, é necessário, para comprová-la, confirmar a existência de intervenção externa para a criação e assinatura do APC, visto que tal acordo não só findou a SGCS como propôs o plebiscito de 2011. Para isso, é necessário investigar a própria SGCS, com o intuito de demonstrar que não é possível atribuir à constituição do APC a vitória militar sul-sudanesa. Busca-se também documentar a pressão dos atores externos para o início das negociações e a assinatura do APC, os quais são aqui explicitados na Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD, sigla original em inglês)³ e em potências externas, principalmente os EUA. Além disso, como o APC não automaticamente criaria o Sudão do Sul, sendo necessário para isto o referendo, é necessário também compreender como a ação externa posterior ao APC impossibilitou a manutenção do Sudão unido.

O arcabouço teórico, nesse sentido, para o entendimento do APC parte dos estudos sobre a resolução conflitos, contrapondo definições militares a acordos de divisão de poder. As contribuições de Lijphart (1977), Hartzell e Hoodie (2015), Toft (2014), e Sriram e Zahar (2009) são as bases teóricas para o entendimento sobre negociações em situações pós-conflito. Para a comprovação da hipótese, contudo, é necessário também um arcabouço teórico que

³ No original, *Intergovernmental Authority on Development*.

contraste a construção de Estado em seu tipo ideal ou europeu, a partir dos Estudos de Weber (1982) e Tilly (1990), com a construção do Estado na Periferia do Sistema Internacional. Para isso, introduz-se o conceito de Construção Internacional de Estado com o objetivo de melhor compreender o processo de construção de Estado do Sudão do Sul. Este pode ser definido como os processos nos quais a interferência externa direta é fundamental para a construção do Estado, seja a partir de operações de paz, ajuda internacional ou apoio à renovação de uma sociedade. Tal interferência pode ocorrer tanto por uma instituição internacional como um órgão regional ou uma potência externa. Tal conceito busca explicar como se dão os atuais processos de construção de Estado no mundo subdesenvolvido, principalmente no período pós-Guerra Fria. (CHANDLER; SISK, 2013, p. XIX-XX).

A segunda seção tem como objetivo olhar para o contexto político interno sul-sudanês a fim de comprovar a segunda hipótese do trabalho, isto é, a ascensão ao poder do SPLM/A a partir da criação do Sudão do Sul – e, junto com o partido, suas políticas neopatrimoniais e clientelistas que baseiam seu funcionamento desde sua criação. Em relação à ascensão do SPLM/A, para comprovar o papel da criação do Estado em tal feito recorre-se novamente ao APC, pois este é por muitos atores entendido como um acordo de divisão do poder que congelou o poder do executivo nas mãos do Partido do Congresso Nacional (NCP, sigla original em inglês⁴) e do SPLM/A, os dois principais beligerantes da SGCS (MAMDANI, 2014a). A crise política interna que se iniciou em 2013, por sua vez, é o melhor indicativo da manutenção das políticas neopatrimonialistas pelo SPLM/A, visto que a impossibilidade de mantê-las funcionando perfeitamente levou à tentativa de estabelecimento de uma nova balança de poder entre o presidente e o então vice-presidente do Sudão do Sul por meio de um conflito bélico.

Para comprovar a terceira hipótese e evidenciar as implicações externas da criação do Sudão do Sul é necessário repartir a seção em duas. A seção 4.1 debruça-se nas consequências regionais da criação do Sudão do Sul, focando-se nas relações políticas dos países que compartilham a bacia do rio Nilo. A seção 4.2, por sua vez, analisa o Sudão do Sul como um dos principais palcos africanos de enfrentamento dos Estados Unidos e da China no mundo contemporâneo. A terceira seção tem como hipótese secundária que os recursos naturais sul-sudaneses, respectivamente a água e o petróleo nas seções 4.1 e 4.2, são fatores importantes para que o processo de criação do Sudão do Sul tenha implicações externas.

Finalmente, a justificativa para este trabalho perpassa questões teóricas sobre a formação de Estados e resolução de conflitos, além de ser importante para o Brasil em relação a sua

⁴ No original, *National Congress Party* em inglês e *al-Mu'tamar al-Waṭanī*, em árabe.

política externa. Quanto às questões teóricas, o estudo do processo de formação do Estado do Sudão do Sul é singular por se tratar do único Estado a ser formado na África no século XXI. Nesse sentido, seu processo pode evidenciar questões fundamentais para a formação de Estados africanos quando inseridos na nova dinâmica internacional introduzida com o final da Guerra Fria e a formação da multipolaridade no início do século XXI. Além disso, a formação de um novo Estado na África vai de encontro à normalidade africana, introduzida pela Organização da Unidade Africana (OUA) nos anos 1960, de manutenção das fronteiras coloniais. Além disso, é apenas o segundo país africano que surgiu a partir da vitória de um movimento separatista – sendo o primeiro a Eritreia. Nesse sentido, a formação do Sudão do Sul é uma novidade nas relações internacionais, e a simples possibilidade de sua existência deve ser motivo de estudos e reflexão por parte de estudiosos da área.

A segunda questão teórica a ser trabalhada no trabalho é a questão da resolução de conflitos. Existem quatro conflitos na história do Sudão do Sul que serão abordados ao longo do trabalho: as duas guerras civis sudanesas, a crise no SPLM/A durante a década de 1990 e a recente crise interna no país. Só nas guerras civis sudanesas, morreram dois milhões de pessoas, além delas gerarem quinhentos mil refugiados e mais de quatro milhões de deslocados internos (ALI; ELBADAWI; EL-BATAHANI, 2005, p. 3-4). À luz desses quatro conflitos, é possível estudar a construção de paz em zonas imersas em conflitos durante décadas, através das diferentes possibilidades de acordos para seus termos e as consequências destes para a estabilidade do país. A história dos conflitos e acordos no Sudão do Sul, portanto, é fundamental para o entendimento sobre as possibilidades de construção de paz em zonas africanas marcadas por conflitos no século XXI.

Por último, o Brasil, principalmente a partir do início da década de 2000, busca a sua ascensão no sistema internacional como potência emergente. A partir de um papel ativo em órgãos multilaterais, como a ONU e o fórum BRICS, e organizações regionais, como a União das Nações da América do Sul e o Mercado Comum do Sul, o Brasil almeja a formação de um mundo multipolar, no qual a cooperação entre países em desenvolvimento é basilar ao SI. Para alcançar esse fim, uma das estratégias brasileiras é a aproximação com a África, através do reforço de suas relações políticas, econômicas e comerciais com os países de tal continente. O fórum Índia-Brasil-África do Sul e a Cúpula América do Sul-África são dois exemplos práticos da política externa brasileira para a África. O eixo dessa aproximação que tem sido mais trabalhado pela diplomacia e pela academia brasileira, porém, não abarca o continente como um todo, mas sim foca-se principalmente na costa africana do Atlântico Sul, devido à importância geoestratégica desta bem como sua aproximação com o Brasil via a Zona de Paz e

Cooperação do Atlântico Sul. Esse trabalho, portanto, almeja contribuir para a formação de conhecimento sobre uma parte do continente africano menos estudada na pesquisa brasileira sobre relações internacionais. Esforços de cooperação e aproximação com países da África Central e Oriental, e até possibilidades de atuação em mediação de conflitos, podem ser incentivados a partir de um maior conhecimento sobre tais regiões da África.

2 A CONSTRUÇÃO DE ESTADO E A FORMAÇÃO DO SUDÃO DO SUL

2.1 A CONSTRUÇÃO DE ESTADO COMO CONCEITO E FENÔMENO HISTÓRICO DO SISTEMA INTERNACIONAL

A construção de Estado, ou *statebuilding*, é um ramo de estudo da Ciência Política que tem como objetivo identificar os elementos que levaram diferentes Estados do Sistema Internacional a consolidarem, a partir de um processo histórico, ordem e soberania, tanto interna, em relação a seus cidadãos, quanto externa, em relação aos seus vizinhos e o resto do globo. A abordagem mais utilizada, que será denominada tradicionalista, é a institucionalista weberiana. A concepção clássica de Weber é o Estado como “uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força dentro de um determinado território” (WEBER, 1982, p.656). Como esquematizado por Silva (2012, p. 31), para Weber, as principais características do Estado são o monopólio dos meios de dominação e administração (sistema de taxaço e força militar), o monopólio do uso legítimo da força e organização da burocracia racionalmente orientada. Um Estado forte, portanto, é aquele que possui a capacidade institucional para implementar e aplicar suas políticas, sendo a legitimidade do Estado, apesar de poder ser obtida de diversos meios, efetiva através dessa sua capacidade (LEMAY-HÉBLEN, 2013, p. 5).

Charles Tilly (1990), a partir desse arcabouço teórico, narra a história dos processos de construção de Estado na Europa, cujo componente central seria a constante ameaça e existência de guerras interestatais, que levaram à necessidade de aumento da burocracia e da extensão da presença do Estado pelo território para a coleta de impostos e soldados, e para proteção das fronteiras. A partir dele, outros autores também destacam o papel da guerra no processo de construção de Estado europeu. Fiori (2004, p. 25-56) aponta que o dilema da segurança - a impossibilidade de confiança na integridade territorial do país devido a ameaça do poderio militar do vizinho - tem como consequência o aumento das capacidades combativas do país, fator fundamental para a perpétua corrida armamentista entre os países europeus. Dado que os recursos necessários para o aumento das capacidades econômicas e militares são terra e população, a expansão das capacidades de um país implica na perda das capacidades de outro. A guerra na Europa, portanto, é um filtro, no qual os Estados mais fracos eram eliminados pelos mais fortes, e onde os mais fortes, para sobreviver, precisavam de uma estrutura militar e administrativa constantemente expansiva (HERBST, 1990, p. 119).

A contribuição de Herbst (1990, p. 120; 129) expande as consequências da anarquia do sistema europeu ao discutir sobre o nacionalismo. A guerra na Europa, a partir da ameaça

constante externa, criou um sistema de símbolos que unificou populações anteriormente heterogêneas e legitimou as ações do Estado. Para o autor, somente tal fenômeno é capaz de levar diferentes sociedades a, ao mesmo tempo, se unirem ao Estado e pagarem taxaões cada vez maiores sobre a sua renda, o que só pode acontecer quando existe uma real ameaça à sobrevivência de tais sociedades. Dessa forma, o nacionalismo não aparece como um componente dado de um Estado, e sim como um processo construído juntamente à formação deste.

É importante destacar outro processo que estava acontecendo concomitantemente ao processo de construção de Estados e que foi fundamental para sua consolidação: a formação do capitalismo em sua esfera mundial. A aliança entre os bancos, representando o poder econômico, e as dinastias europeias, o poder político, foi fundamental para a criação de dívidas públicas e a consequente consolidação dos Estados europeus. A expansão europeia para a conquista de territórios no Atlântico, a partir do século XVI, e nos continentes africano e asiático, mormente durante o século XIX, devem ser compreendidas pela expansão dos territórios econômicos das potências europeias, que garantiam, nas colônias, posições monopolísticas a grupos capitalistas aliados ao regime político (FIORI, 2004, p. 28-34).

O processo de construção de Estado europeu desde seu início, portanto, deve ser relacionado à submissão de povos não-europeus sob a lógica capitalista de exploração, tanto em sua fase de acumulação primitiva de capital quanto em formas mais sofisticadas de extração de excedente, como fugas de capital e desigualdade dos termos de troca. Esse é um aspecto normalmente ignorado pela visão tradicional de construção de Estado. Weber, por exemplo, enxerga a criação do capitalismo pela ética protestante, nunca relacionando ela à expansão imperial (WAI, 2012, P. 36). Como proclama Frantz Fanon, “a Europa é, literalmente, a criação do Terceiro Mundo” (1968, p. 81)

Além desse vácuo de perspectiva histórica relacionado à expansão do sistema capitalista global da teoria tradicionalista sobre o processo de construção de Estado, outras críticas têm sido feitas à abordagem institucionalista weberiana. Elas podem ser divididas em dois conjuntos principais: as críticas relacionadas à teoria em si e aquelas que criticam a utilização do arcabouço teórico institucionalista para a avaliação do processo de construção de Estado em outros lugares do globo, principalmente na Periferia do SI.

Em relação ao primeiro conjunto, a questão de a legitimidade ser apenas relacionada com a capacidade do Estado de implementar políticas, retirando o fator social do raciocínio, diminui o poder de explicação do conceito, ao ignorar o jogo entre as forças políticas do Estado no processo de formação de nação (LEMAY-HÉBLEN, 2013, p. 9). Se pensado somente no caráter

administrativo e coercitivo, até o Estado colonial, em alguns países onde atuou, poderia ser considerado legítimo (WAY, 2012, p. 30). O conceito de Chandler e Sisk (2013, p. XXII), nesse sentido, tem como objetivo expandir a visão institucionalista para abranger a questão da legitimidade: a construção do Estado é a expansão ao longo do tempo da autonomia (monopolização da violência), da legitimidade (habilidade do Estado de comandar lealdade, direito de governar) e da capacidade do Estado (de implementar políticas).

Hagmann e Péclard (2010, p. 542-3) vão além da crítica ao conceito de legitimidade na abordagem tradicionalista ao criticar os pressupostos de tal teoria e ao proporem uma nova abordagem para a questão da Construção de Estado, intitulada "Negociando o Estado". Três são as críticas principais à abordagem tradicionalista, as quais estabelecem os argumentos principais para a formação dos Estados: 1) enquanto a abordagem institucionalista trata como se fosse possível delimitar um início e um fim para a formação das instituições necessárias ao Estado, a teoria dos autores enfatiza o caráter contínuo e perpétuo da construção de um Estado; 2) a abordagem tradicionalista é fundamentalmente relacionada ao Estado, enquanto na teoria dos autores existem múltiplos pólos de poder, que vão além do Estado e que o modelam, tanto na cooperação quanto na competição pela definição do que ele é e a quem ele pertence; 3) a inserção de imagens, símbolos e discursos na formação do Estados, mostrando que ele é mais do que instituições.

Dessa forma, os autores colocam que o processo de construção de Estado deve ser estudado a partir de três abordagens: quais atores estão envolvidos e quais são os recursos e repertórios a sua disposição; onde o processo acontece, indo além de mesas de negociação; quais os objetos que são alvo de competição entre os atores (HAGMANN; PÉCLARD, 2010, p. 544-546). A natureza do Estado, assim, está sendo constantemente contestada pelos diversos atores políticos e, para analisar a construção de um Estado, é necessário partir da empiria e não de ideais weberianos acerca das características principais deste, que nem nas sociedades ocidentais são plenamente contemplados. Ainda que o ideal weberiano possa explicar em boa medida o processo de construção de Estado europeu, e até do Ocidente no geral – vista a historicidade da teoria de Tilly –, aplicar tal conceito a outras realidades é esquecer do contexto histórico específico no qual ele se insere.

Nesse sentido, o segundo conjunto de críticas à abordagem tradicionalista de construção de Estado tem como objetivo apontar as falhas da tentativa de aplicação de tal conceito em outras realidades que não a europeia. Ainda que o conceito weberiano seja teoricamente um ideal, fora da realidade concreta e passível de ser aplicável a ela apenas com o intuito de comparação, seus pressupostos são utilizados, por muitos estudiosos ocidentais, como uma lista

de características existentes nos países desenvolvidos e ausentes nos subdesenvolvidos, implicitamente sugerindo que os últimos deverão seguir os primeiros e que, no longo prazo, a convergência dos modelos de construção de Estado é evidente (HAGMANN; PÉCLARD, 2010, p. 540). Surge, assim, a História por Analogia, conceito de Mamdani (1996), no qual a história é um reflexo da trajetória europeia e o futuro de um país só faz sentido se ele modelar sua trajetória para cumprir os pré-requisitos weberianos de Estado. Como consequência dessa visão sobre a construção do Estado, normaliza-se a lógica histórica estrutural da dinâmica centro-periferia e ignora-se a dominação colonial.

É nesse sentido que países na periferia que não alcançaram o ideal weberiano passam a ser entendidos como Estados Falidos. Tal conceito reduz a situação histórica e política de um país ao fracasso de suas instituições e, portanto, à aparente inexistência de construção estatal devido à impossibilidade – normalmente traduzida como relutância – das elites governamentais arcarem com um processo de construção de Estado (FERREIRA, 2014). Os Estados, assim, são identificados pelo que não são, e não pelo que são. Se eles não possuem monopólio da violência, se não estão estruturados administrativamente e se não provêm bens e serviços, não podem ser considerados Estados em sua plenitude. Uma consequência importante de tal conceito é que, por sua utilização ter sido expandida para abarcar diversos processos históricos distintos, ele pode explicar qualquer conflito político, crise econômica ou conflito civil de um Estado (WAI, 2012, p. 29).

Wai (2012, p. 34) também critica o caráter dúbio da visão tradicionalista ao analisar experiências históricas ocidentais e compará-las com as africanas. Enquanto a Guerra Civil Americana e a Revolução Francesa são proclamadas pelos autores institucionalistas como momentos fundamentais para a evolução do Estado estadunidense e francês, respectivamente, guerras da periferia normalmente são sempre taxadas como momentos de falha do Estado. A questão a ser enfatizada aqui é que, enquanto os processos de construção de Estado do mundo ocidental duraram centenas de anos e incluíram guerras violentas para a definição do Estado, os Estados africanos, que têm em média cinquenta anos como estados independentes, supostamente já são entidades políticas sem pleno funcionamento desde sua independência, e, quando se veem em cenário de guerras, são considerados falidos.

É possível, portanto, identificar, a partir das diversas críticas à utilização indiscriminada do conceito de Estado Falido em específico e da construção de Estado de molde weberiano em geral, o caráter instrumental de tal abordagem aos processos de formação estatal. A suposição oculta nessa linha de raciocínio é que, o auxílio ocidental é necessário para o desenvolvimento e progresso dos países, seja de maneira branda, na forma de conhecimentos necessários para a

formação de Estados, quanto na sua maneira extrema, a partir da intervenção Ocidental nos tais Estados Falidos.

É a partir dessa contextualização do conteúdo e da historicidade do conceito de construção de Estado que tal processo pode ser evidenciado em países periféricos. Inseridos no contexto de final da Segunda Guerra Mundial e começo da Guerra Fria, os novos Estados, antigas colônias dos Impérios europeus, têm algumas características principais, como destacadas por Clapham (2004, p. 39-60): disputa de poder endêmica pelos recursos estatais; ausência de valores comuns entre o Estado e a população; redes neopatrimoniais e de clientela para a sustentação do Estado. Contudo, a característica principal – e maior divergência entre os processos europeus e periféricos –, dos processos de formação de Estado nos países em desenvolvimento seria a preservação das fronteiras e dos regimes coloniais no poder devido à intervenção externa indireta.

A interferência externa indireta atuou a partir de três eixos principais. Em primeiro lugar, o legado colonial perpetuou instituições altamente concentradoras. Segundo, a partir dos valores propostos pelas organizações internacionais e espalhados pelas relações internacionais no período, a estabilidade de fronteiras garantiu a existência de regimes sem a real presença do Estado em seu interior. Por último, os fluxos de capital que entraram nos Estados a partir do comércio exterior e de empréstimos e doações de atores externos desobrigavam os Estados a fomentar uma economia nacional. Esses eixos vão de encontro tanto ao fortalecimento estatal quanto ao desenvolvimento.

Dado o escopo do trabalho, contudo, o Estado africano será analisado daqui por diante. Ele mantém as características principais dos estados periféricos descritas acima, mas elas precisam ser contextualizadas na história dos Estados africanos, partindo do princípio de Hagmann e Péclard (2010, p.542) da necessidade de fazer relações entre a África pré-colonial, colonial e pós-colonial. O processo de formação dos Estados africanos, portanto, apesar de desenrolar-se a partir das independências das décadas de 1950 e 1960, tem no legado colonial uma importante base inicial. Este atuou em dois eixos principais: a criação e manutenção de fronteiras estáveis no continente e a ascensão ao poder de elites com fortes relacionamentos com as ex-metrópoles.

Em relação ao primeiro eixo, a literatura tradicionalista normalmente aponta a questão da artificialidade das fronteiras africanas, que não respeitariam questões étnicas, demográficas e topográficas do continente, como fruto da arbitrariedade dos agentes colonizadores. Herbst (1989), ao analisar a história da criação das fronteiras, entretanto, vê apenas uma meia-verdade nessa linha de raciocínio, por dois motivos. Em primeiro lugar, ele argumenta que não seria

possível demarcar fronteiras no continente respeitando as três questões acima, pois as populações africanas constantemente transitavam pelo continente, não tinham etnias excludentes e estavam espaçadas, além do fato de não existirem limites topográficos suficientes para uma demarcação de fronteiras. Como historiadores do período colonial analisam, a criação de étnicas unitárias, excludentes e associadas ao território é uma invenção colonial, principalmente britânica, para o governo dos territórios colonizados de forma indireta (WESSELING, 1998).

Em segundo lugar, com as poucas exceções da vitória da Eritreia e do Sudão do Sul, a manutenção dessas fronteiras ao longo dos períodos colonial e, mormente, pós-colonial, é um indício da racionalidade de tais fronteiras. Tanto os agentes coloniais quanto os líderes do pós-independência não estavam dispostos a gastar os recursos necessários para garantir a presença estatal por todo o território, criando acordos entre si para a garantia da estabilidade das fronteiras. Em relação aos agentes coloniais, esse acordo é simbolizado na Conferência de Berlim de 1885 e, nos Estados africanos pós-coloniais, nos princípios básicos da OUA, criada em 1963. As diretrizes principais de ambas as conferências são os mesmos, a não-interferência nos assuntos internos dos países e a inviolabilidade das fronteiras africanas, assim como os objetivos, a ausência de conflitos interestatais em um contexto de baixa institucionalização, ou soberania interna, dos países africanos (HERBST, 1989, p. 681-683). Tais políticas foram também apoiadas pela ONU, que possui os mesmos princípios em sua Carta e, dessa forma, consolida um Sistema Internacional (SI) de fronteiras estáveis.

O segundo eixo de influência do legado colonial nos processos de construção de Estado africanos foi a manutenção das elites políticas e econômicas associadas à metrópole no poder central de grande parte dos países africanos. A partir do que ficou conhecido como regimes neocoloniais, vários países africanos ganharam independência por meio de um pacto com a elite metropolitana que garantiu estabilidade ao país e manutenção da relação subordinada da ex-colônia em relação a ex-metrópole. O apoio a golpes de Estado que colocariam no poder aliados dos europeus também foram comuns. As relações da França com suas antigas colônias, sintetizadas no termo Françafrica, é o melhor exemplo do neocolonialismo na África. Essas elites africanas que ascenderam, portanto, tinham como objetivo a manutenção de seu grupo, seja ele étnico, religioso ou imigrante (os colonos brancos), no poder, utilizando os recursos do país europeu para cumprir tal objetivo (CLAPHAM, 1985, p. 40).

Dada a limitação do Estado africano em estar presente na extensão de seus territórios, os recursos para a manutenção do Estado advêm principalmente do externo. Torna-se imperativo, assim, a manutenção de boas relações com os países extra africanos, normalmente as ex-metrópoles, para a sustentação do regime no poder central. A soberania procurada pelos Estados africanos é a jurídica, ou negativa, isto é, o estabelecimento de um governante reconhecido internacionalmente que possa arrecadar recursos externos para a manutenção do regime (CLAPHAM, 1996, p. 1-23). É nesse contexto que os países africanos se inserem na Guerra Fria. Tanto os princípios do não-alinhamento e da Conferência de Bandung, utilizados pelos países mais revolucionários do continente, quanto a criação de verdadeiros Estados-Fantoches são estratégias dos Estados africanos, que, de acordo com suas diferentes trajetórias internas, formularam suas políticas externas para criar relações próximas com uma grande potência da época, seja ela sua ex-metrópole ou um dos polos da bipolaridade.

Cria-se, assim, uma primeira e importante diferença com a história dos processos de construção de Estado dos países europeus, que inibe uma mera transmissão dos resultados dos processos europeus, o principal deles a institucionalização do Estado, para os africanos. Enquanto nos processos europeus criou-se um ambiente mais ou menos homogêneo e isolado, no sentido de que várias potências europeias disputavam entre elas a hegemonia do continente – ou a mera sobrevivência do reino e, posteriormente, do Estado – sem interferências externas, o processo africano de construção de Estado é fundamentalmente influenciado pelo externo. Enquanto nos processos europeus o capitalismo está nascendo e se expandindo a partir da exploração das colônias, nos processos africanos o capitalismo, e os Estados europeus, já haviam dominado o SI, subordinando o processo africano à expansão do capitalismo liberal globalizado⁵.

No plano interno, essa constante internacionalização do Estado africano, existente tanto nos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial, traduz-se principalmente na limitação da força do nacionalismo como instrumento de legitimidade. A criação do nacionalismo a partir de guerras contra o inimigo externo, como foi no caso europeu, torna-se inviável devido às políticas de manutenção de fronteiras e de busca pela soberania negativa, as quais estão presentes durante toda a história do continente africano. Ainda que algumas guerras africanas de independência poderiam ter unido as suas sociedades em torno do inimigo comum,

⁵ Ainda que esse processo tenha chegado a seu ápice com a colonização, Mbembe (2011) entende o Estado africano como internacionalizado desde séculos anteriores, apesar de em menor expressão, a partir da presença de atores não-estatais extra africanos, como companhias europeias de comércio, serviços privados de segurança e missões religiosas.

a ex-metrópole, elas normalmente foram de pouca duração, suprimidas por uma potência externa, com reverberação somente nas elites intelectuais do país ou suplantadas posteriormente por golpes de Estado.

Visto a inexistência de fortes tendências nacionalistas no continente, outras formas surgiram para garantir a legitimidade do governo em relação a sua população. Clapham aponta dois mecanismos para alcançar tal objetivo, o neopatrimonialismo e as redes de clientela. Ainda que o autor esteja discutindo sobre todo o Terceiro Mundo, a frequente utilização de tais conceitos para o estudo do Estado africano faz deles alvo de análise mais aprofundadas. Em relação ao neopatrimonialismo, o autor o define como “uma forma de organização na qual relacionamentos de caráter patrimonial impregnam sistemas políticos e administrativos que formalmente são construídos em linhas racionais-legais” (CLAPHAM, 1989, p. 48). Os recursos estatais são utilizados de forma privada pelos atores políticos, que apoiam o regime em curso devido ao poder econômico e político que atingem enquanto parte das estruturas governamentais. Dessa forma, se garante uma fonte legítima de autoridade e se evita que conflitos entre grupos políticos com interesses divergentes sejam escalados para meios não pacíficos.

As redes de clientela, por sua vez, são uma expansão das redes neopatrimoniais para pessoas não pertencentes ao governo central. É, fundamentalmente, uma relação de troca na qual o superior (ou patrão) fornece segurança, na forma de dinheiro, salários, comida, proteção etc., para uma pessoa que se encontra em uma posição política inferior (ou cliente), que, em troca, apoia o patrão e as estruturas políticas nele simbolizadas (CLAPHAM, 1989, p. 54-55). É importante frisar que a quantia distribuída nas relações de clientela é deveras menor àquela relacionada às redes neopatrimoniais. Assim, a partir da expansão das redes neopatrimoniais e de clientela entre o Estado e seus subordinados criam-se instrumentos de legitimidade que não precisam estar relacionados, como na visão tradicionalista, com a criação de instituições administrativas.

O desenvolvimento do Estados, porém, fica comprometido, pois os governantes não se vêm obrigados a fornecer serviços a sua população e, mais importante, dada a constante necessidade de distribuição de recursos, não se desenvolve uma concentração de riqueza nas mãos dos estadistas capaz de promover investimentos robustos o suficiente para avanços infraestruturais e socioeconômicos abrangentes. Isso não significa que a lógica econômica não é capitalista, ela apenas não é desenvolvimentista – a elite econômica utiliza-se da exploração

de terras e recursos e do mercado internacional para garantir a realização de seus lucros extraordinários.

Três críticas aos conceitos de neopatrimonialismo e clientelismo são importantes no sentido de sua desnaturalização e análise mais aprofundada. Normalmente, eles estão relacionados aos Estados Falidos, à corrupção e, de forma geral, à intransigência, traduzida como irracionalidade, dos líderes africanos em se adaptarem às estruturas do Estado moderno. Primeiro, é necessário criticar a sua suposta irracionalidade. Ao colocar os países africanos como não dispostos a alterar a forma de governar de seus respectivos Estados, as críticas normalmente não enxergam a racionalidade desses modelos como respostas à inserção da África no Sistema Internacional. Segundo, esses conceitos acabam sendo utilizados indiscriminadamente, sendo a causa e a consequência de qualquer problema ou dificuldade que um Estado africano possa vir a ter (WAI, 2012, p. 31-33).

Terceiro, esses conceitos são normalmente aplicados só para a formação dos Estados do Terceiro Mundo, especialmente africanos, ignorando a utilização de organizações políticas parecidas por praticamente todos os Estados do Sistema Internacional. Douglass North et al. (2009) conceituaram duas Ordens de Acesso, formas de organização do Estado em relação a suas elites: enquanto as Ordens de Acesso Limitado (OAL), como o nome diz, limitam os recursos estatais às elites e empresas associadas ao Estado, as Ordens de Acesso Abertas (OAA) praticam a livre-concorrência, sendo possível a qualquer indivíduo ascender política ou economicamente na sociedade. Tal estudo indica que as OAL, por serem concentradoras, evitam a instabilidade interna e possibilitam o amadurecimento estatal e o processo de desenvolvimento. Todos os países que hoje são considerados desenvolvidos tiveram que, antes de serem OAA, passar pela consolidação de OAL para limitar a instabilidade e a violência interna. A imposição de OAA a países que não passaram pelo amadurecimento de suas OAL, para os autores, impede a estabilidade e o desenvolvimento econômico destes.

Por último, a visão de Estado africano do filósofo Achille Mbembe (2011) seria aquela que mais aproxima os conceitos de neopatrimonialismo e clientelismo da formação histórica do Estado africano. Em relação ao legado colonial, os regimes pós-coloniais, além de herdar as questões já descritas acima relacionadas a fronteiras e elites, também herdou de suas colônias um regime de impunidade e violência, relacionado à falta de justiça nos meios e de legitimidade dos fins, das elites no poder, que agiram, assim como suas ex-metrópoles, com arbitrariedade e incondicionalidade (2001, p. 26). A soberania do Estado, dessa forma, não esteve relacionada ao estabelecimento de um contrato com seus cidadãos e não envolvia reciprocidade entre os

direitos e deveres do cidadão e do Estado, este último sendo apenas uma “grande máquina de criação e regulação de desigualdades” (2001, p. 44).

Partindo dessa contextualização do Estado africano, o autor identifica uma trindade que constitui a fundação dos regimes africanos autoritários pós-coloniais: violência, transferências e alocações. A questão da violência já foi analisada no parágrafo anterior. As alocações, por sua vez, simbolizadas pelos salários dos governos a seus servidores públicos e a seus exércitos, não tinham como objetivo remunerar atividades produtivas, e sim alocar recursos para comprar obediência e gratidão das suas populações ao governo central. Assim, se consolida o processo triplo de estatização da sociedade, socialização do poder estatal e privatização das prerrogativas públicas, que garante aos governantes estabilidade e aos subordinados algo entre a “boa vida”, para os servidores públicos e comandantes militares, e a subsistência para a população rural e agrária. A transferência, por sua vez, se desenrola a partir dos laços comunitários das sociedades africanas. Os receptores das alocações, na África, tinham uma eterna dívida social com a comunidade onde estavam inseridos, criando dívidas dos receptores não só com seu credor, mas com a sua comunidade, criando um cenário de transferências sociais constantes e de cumplicidade social (MBEMBE, 2001, p. 45-48).

2.2 A CONSTRUÇÃO INTERNACIONAL DE ESTADO

O Estado africano, portanto, não é apenas uma invenção da contemporaneidade ou do mundo colonial, evoluindo e se adaptando ao Sistema Internacional, desde sua formação, a partir de linhas racionais de seus principais estadistas. A necessidade de distribuição de recursos e as OAL foram fundamentais para sua estabilidade durante o período da Guerra Fria e garantiram a existência dos Estados nas suas primeiras décadas de existência. Quando ocorreu a queda da União Soviética, o fim da Guerra Fria e o advento da unipolaridade americana, porém, a ordem anteriormente estabelecida para o Sistema Internacional desmorona, afetando não só a inserção dos Estados africanos, mas também a de todos os Estados do Terceiro Mundo nessa ordem mundial.

Já a partir dos anos 1970 é possível enxergar uma inflexão. Não mais se identificou uma real integração do Terceiro Mundo à economia capitalista – no sentido de fluxos de investimento, de pessoas, de produção de bens de alto valor agregado e de informação. A partir das políticas econômicas do Federal Reserve no final da década de 1970, o banco central estadunidense, que institucionalizam o mercado acionário estadunidense como o destino número um dos fluxos de capitais do Sistema Monetário Internacional; das progressivas barreiras às migrações de populações; e da expansão do regime de patentes, criaram-se regiões

(o Atlântico Norte e a Ásia) onde as relações econômicas se dão, em detrimento da periferia, esta subordinada aos programas de ajuste das Organizações Internacionais (OIs) e da sua consequente reprimarização.

É nesse sentido que podemos entender a emergência dos casos e o estudo sobre os processos de Construção Internacional de Estado. O início dos anos 1990 foram marcados pelo advento da unipolaridade e formação de um Sistema Internacional onde a ideologia liberal não tinha mais concorrentes, diferentemente do período da Guerra Fria, quando a ideologia socialista ainda possuía influência no cenário internacional. Desde o começo da década, novos elementos foram trazidos para os estudos sobre construção de Estado que possibilitaram a cunhagem de um novo termo, a Construção Internacional de Estado (CIE), que evidenciaram os efeitos do caráter globalizado do SI nos processos de construção de Estado na Periferia.

Como primeiro desses elementos, os conflitos que surgiram desde então, ou que surgiram antes e se mantiveram no período pós-Guerra Fria, passaram a ser denominados de Novas Guerras, pelo seu caráter não mais internacional ou ideológico – como era na Guerra Fria dominada por guerras *proxy*, ou por procuração⁶ – e sim puramente interno e resultado da emergência dos Estados Falidos. O estudo sobre as Novas Guerras, guerras de caráter predominantemente civil, excluem da consideração as estruturas globais de desigualdades políticas e econômicas, focando-se nas consequências das políticas neopatrimoniais, da corrupção, das disputas tribais e das disputas por recursos. Tanto as teorias de relações internacionais realistas quanto as liberais e até as construtivistas acabam elencando as mesmas causas internas para a maioria dos conflitos que atualmente compõe o Sistema Internacional (WAI, 2012, p. 153). A violência se libertou da ideologia e não é mais interpretada como um meio, e sim como um fim.

Um segundo elemento é a reinterpretação do conceito de soberania. Antes pensado como uma questão absoluta e qualitativa, o direito legal de autogoverno de todos os países do SI, a partir dos anos 1990 o conceito passou a ser uma variável quantificada pela capacidade do estado, normalmente formulada em termos de boa governança (CHANDLER, 2008, p. 344). A soberania não passa mais a ser uma questão relacionada a princípios como não-intervenção nos assuntos internos, e sim a uma dupla responsabilidade do Estado, em relação ao resto da comunidade internacional e a seus cidadãos. A segurança do indivíduo se transforma em um elemento tão importante quanto a segurança do Estado.

⁶ De acordo com Silva (2012, p. 36), “a guerra proxy é um conflito armado travado por procuração. Sua característica principal é a intersubjetividade, ou grau de autonomia entre as forças que travam o combate e seus fomentadores, ou financiadores”.

Quando o SI, ou suas principais potências ocidentais, concluem que um Estado não está cumprindo a promoção de boa governança em relação a seus cidadãos, portanto, eles intervêm na realidade interna do país, criando um paradoxo de comprometer a soberania de um país para estabelecer um Estado soberano (ZAUM, 2007, p. 4-5). É nesse contexto que o conceito de Responsabilidade para Proteger, o qual entrega à comunidade internacional o direito e o dever de agir quando houverem ações de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade, ganhou legitimidade internacional e pode ser utilizada para interferir na esfera interna dos países do SI (UNITED NATIONS, 2015).

O terceiro elemento de mudança é a chamada securitização do desenvolvimento (DUFFIELD, 2001). O objetivo da ajuda externa aos países periféricos não é mais a questão da luta contra o subdesenvolvimento. O objetivo agora é lutar contra as consequências da falha dos Estados, sendo a principal delas a instabilidade. Tal situação não é apenas interna, pois a situação de instabilidade de um país pode se escalar para instabilidade regional e no SI como um todo. Como afirmou um estrategista americano, “a América agora é menos ameaçada por Estados conquistadores que por Estados Falidos” (US GOVERNMENT, 2002, apud CHANDLER, 2008, p. 337).

A partir da CIE, ou seja, de missões para criação e manutenção de paz; de mediação externa de acordos entre partes beligerantes; da criação de administrações internacionais⁷ que controlam as estruturas governamentais de país; e dos programas de ajuste do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, portanto, cria-se uma nova forma de interpretação da missão civilizatória da era colonial (PARIS, 2002). Os ideais liberais passam a ser vistos como superiores às organizações políticas da periferia e necessários para a estabilidade não só interna, mas internacional. A intervenção, nesse sentido, se desinibe e se normaliza como prática costumeira do SI e deve ser vista como um novo elemento definidor do mundo pós-Guerra Fria (DONINI, 1996 apud DUFFIELD, 2001, p. 31). Paralelamente à popularização desse novo conceito na literatura sobre construção de Estados foi o aumento número de intervenções em países da periferia global. Por exemplo, nos anos 1990 ocorrem as intervenções militares no Kosovo, no Iraque, na Somália e na Bósnia-Herzegovina e, nos anos 2000, no Iraque, no Afeganistão e na Líbia. Quando ampliamos o escopo da CIE para além das intervenções militares, os casos de mediação de conflitos e de criação de administrações internacionais são inúmeros e crescentes no SI.

⁷ Tal conceito é atribuído à Zaum (2001) e concentra-se nos casos nos quais a interferência internacional acontece por meio da criação de órgãos internacionais que cumprem a maioria das funções dos Estados onde atuam. Os exemplos utilizados pelo autor são os casos do Afeganistão, da Bósnia-Herzegovina e Kosovo.

Existem três outras consequências, além da intervenção direta ou indireta e da perda de soberania e autoridade, dessa nova abordagem sobre as questões relacionadas à construção de Estado no final do século XX e no início do século XXI. Aitken (2007) argumenta que a ênfase na etnicidade nas análises sobre os conflitos na periferia elevou a instabilidade interna nesses países. A criação de divisões territoriais nos países Periféricos a partir de linhas étnicas, ou Federalismo Étnico, institucionaliza a etnicidade e cria competição política entre diferentes grupos dentro do Estado. O caso do Iraque é o mais evidente da criação de problemas étnicos em um país através da intervenção externa e federalização do país. Ferreira (2001, p. 87), por sua vez, propõe que a intervenção externa nos processos de construção de Estado também tem como consequência a desconexão do Estado com sua sociedade devido à maior preocupação dos estadistas com a sua legitimidade em relação aos outros membros do SI do que com seus próprios cidadãos. Uma terceira consequência é a criação de um paradoxo: enquanto as intervenções externas teriam como objetivo criar um novo e mais democrático Estado em países que não protegem mais seus cidadãos, as estruturas políticas implementadas têm forte caráter neoliberal de diminuição da presença do Estado na economia e na sociedade – a CIE, portanto, por muitas vezes irá enfraquecer o Estado no qual atual em vez de fortalecê-lo.

Partindo para as consequências para a construção de Estado na África nos dias atuais, Chandler (2007) argumenta que a CIE deve ser analisada de maneira histórica para o continente, pois sempre existiu o debate ocidental acerca das relações estado-sociedade no mundo africano. Enquanto durante o período colonial no início do século XX a discussão tratou-se sobre os pontos positivos da forma indireta de colonização, que se utiliza de poderes locais para assegurar a autoridade colonial e a coesão entre o Estado e a sociedade, durante os anos 1960, debateu-se sobre a necessidade de regimes de partido único para a criação de coesão estado-sociedade e promoção do desenvolvimento nos países capitalistas aliados ao bloco ocidental. Ambas as soluções para a criação de legitimidade entre o Estado e a sociedade são de cima para baixo. A partir dos anos 1990, a discussão é retomada no sentido de enfatizar a falha de tais soluções e a falta de legitimidade do Estado africano em relação às suas sociedades. A solução a esse problema ainda é de cima para baixo, mas agora ultrapassa a autoridade dos Estados e outorga responsabilidades para a comunidade internacional como um todo.

Hagmann e Péclard (2010, p. 555-557) apontam para o enfraquecimento do Estado africano como centro político e administrativo dos países do continente. Este enfraquecimento relativo tem como consequência um fortalecimento relativo de outras estruturas políticas e administrativa devido ao aumento do papel de atores não-estatais, como Organizações Não-Governamentais (ONGs), empresas multinacionais, forças rebeldes, redes étnicas e

movimentos religiosos. O Estado também está se privatizando, com a delegação de funções administrativas e securitárias para atores privados. Tendências contraposta a essa, contudo, são a inclusão de novos atores na política internacional africana, como a China, a Índia, bem como a Cooperação Sul-Sul de um modo geral, processos que aumentam o poder de negociação dos Estados africanos perante as tentativas de imposição dos pilares neoliberais e dos ideais do Estado weberiano no continente.

A CIE, portanto, é um fenômeno que acompanha a forma recente dos processos de construção de Estado na África, pois o Estado africano é cada vez mais internacionalizado e pressionado para a imposição das visões tradicionalistas e neoliberais de Estado nas suas instituições. O estudo da construção histórica do Estado africano, porém, demonstra que a África sempre esteve inserida no Sistema Internacional, na maioria do tempo de maneira submissa aos ensejos dos países centrais – e que, logo, ainda que a CIE demonstre uma nova interpretação do papel do Estado e forneça uma imagem de como deve ser o Estado africano contemporâneo, pensar a interferência externa como um fenômeno novo é limitar a historicidade do processo. Tal limitação, contudo, é precisamente o construto teórico necessário para que a CIE seja vista como legítima pela comunidade internacional.

2.3. A CONSTRUÇÃO DE ESTADO NO SUDÃO DO SUL

A tentativa de incluir o Sudão do Sul nos processos de CIE não é um fenômeno recorrente da academia, não só por ser um processo ainda muito recente, mas também pela intervenção externa ser limitada à mediação das negociações, que levaram ao fim da Segunda Guerra Civil Sudanesa e à assinatura do APC, e à questão da ajuda humanitária ao Sudão e ao Sudão do Sul. As análises do APC normalmente têm como foco mostrá-lo como fonte de instabilidade para as relações Sudão-Sudão do Sul e para a política interna de ambos os países (AALEN, 2013; SRIRAM; ZAHAR, 2009). Para inserir o Sudão do Sul no fenômeno da CIE, portanto, tal seção precisa comprovar a hipótese que a participação externa foi fundamental para criação do Sudão do Sul como Estado independente. Isso se dará a partir de três passos lógicos: primeiro, uma análise dos motivos da falha das tentativas anteriores de término da SGCS; segundo, uma investigação sobre o APC e sobre as motivações de cada parte para sentarem na mesa de negociações; terceiro, um estudo sobre o ambiente pós-APC e a inevitabilidade da independência do Sudão do Sul.

Antes dos três passos lógicos, porém, é importante uma ressalva em relação ao caráter internacional da questão sudanesa. A história do Sudão e do Sudão do Sul, assim como da maioria dos países africanos – como teorizado na subseção anterior –, sempre conteve uma

variável internacional. Isso se evidencia no processo de independência do Sudão e na intervenção externa nas guerras civis do país. O processo de independência do Sudão em 1956 comprova o caráter externo e artificial da criação do Sudão e possibilitou a manutenção da relação de subordinação do Sul em relação ao Norte. Em relação às guerras civis, tanto a PGCS quanto a SGCS tiveram um forte caráter externo, com apoio econômico e militar de potências africanas e extra africanas principalmente aos movimentos rebeldes, numa tentativa de enfraquecer o regime sudanês. Israel, Uganda, Quênia, Etiópia, Eritreia e Estados Unidos foram os países que mais contribuíram, ainda que com intensidades variadas, para o potencial militar dos movimentos rebeldes sulistas ao longo da história de suas lutas contra Cartum. Ali Elbadawi e El-Batahani (2005, p. 208-212) enfatizam que o fator mais significativo para a prevalência de guerra civil no Sudão por trinta e oito anos foi a intervenção de terceiros no conflito. A visão das guerras civis sudanesas como guerras de árabes contra africanos, e de islâmicos contra cristãos, não só concedia justificativas para a inserção de terceiros no conflito, mas era utilizada pelos líderes de ambos os lados beligerantes para conseguir apoio internacional⁸.

Em relação ao primeiro passo lógico, existiram tentativas para encerrar a SGSC desde o segundo ano da guerra. Em 1986, negociações lideradas pela Etiópia levaram a assinatura da Declaração Koka Dam, mas a parcialidade da Etiópia na guerra impossibilitou a criação de confiança entre as duas partes beligerantes e a guerra foi retomada. O segundo esforço, conhecido como *Nairobi Talks*, foi liderado pelos EUA no governo Carter, com o apoio da OUA, Líbia, Egito, Nigéria, Etiópia e da IGADD⁹. Mas tais esforços não foram bem-sucedidos, pois ambas as partes do conflito ainda acreditavam na possibilidade de vitória militar e as premissas fundamentais da luta de ambos os partidos – a expansão do Islamismo para todo o país por parte de Cartum e a derrubada do regime central por parte do SPLM/A – eram incompatíveis em sua essência (WASHBURNE, 2014, p. 85-86).

A IGADD inicia um processo próprio de negociações entre as partes beligerantes no início dos anos 1990, o qual só será bem-sucedido a partir da década de 2000. Três reuniões ao longo de 1994 tem como resolução a Declaração de Princípios, que imita o modelo da Eritreia de autodeterminação para os rebeldes e repartição de riqueza entre os beligerantes; esta,

⁸ O governo do Sudão também recebeu apoio externo para a manutenção de seu governo e de sua inserção no sistema capitalista global. O padrão de apoio externo acompanhou as três estratégias históricas sudanesas de construção de nação: a partir da inserção sudanesa no pan-arabismo global (1956-71); a partir de um projeto nacionalista sudanês, que teve os EUA como seu aliado principal e pregava o livre-comércio e a desnacionalização de estatais (1971-1999); e, por último, com a ideologia pan-islâmica desde 1989 até os dias atuais, ainda que menos ativista nos últimos anos (AYERS, 2010, p. 160).

⁹ A Autoridade Intergovernamental para a Seca e o Desenvolvimento (IGADD, sigla em inglês), foi criada em 1986 com o objetivo de cooperação nas áreas de segurança alimentar e proteção ao meio ambiente. Em 1996, se transformou em IGAD e expandiu seu mandato para incluir questões securitárias (WASHBURNE, 2014, p. 87).

contudo, também não causa o fim da beligerância (YLÖLEN, 2011, p. 149). Enquanto o SPLM estava interessado em discutir mudanças na constituição do governo central, Cartum queria limitar suas discussões a um possível período interino (WASHBURNE, 2014, p. 87). O processo liderado pela IGADD foi apoiado por um grupo de países externos que ficou conhecido como Troika (Estados Unidos, Reino Unido e Noruega).

Foi a combinação de um cenário de impasse militar e de aumento da pressão externa, principalmente estadunidense, que levaram os beligerantes a sentarem na mesa de negociações do IGADD (AALEN, 2013) e abrirem seus conjuntos de vitória¹⁰, ações necessárias para que o resultado das negociações acabasse com o conflito. Em relação ao impasse militar, Cartum perdeu as esperanças de uma vitória armada contra o SPLM/A após os avanços do exército sul-sudanês no fim da década de 1990 (YLÖNEN, 2001, p. 150). Mas a manutenção da luta ao longo do processo de negociações, principalmente depois do tratado de Machakos, de 2002, até a assinatura do APC, demonstra que as partes beligerantes continuaram a apostar na luta como uma forma de melhorar sua posição nas negociações até a assinatura do APC. A pressão internacional, mormente estadunidense, para o APC de fato findar a SGCS, portanto, tem sido interpretada por vários autores como a principal causa do sucesso do APC, chegando a interpretar tal acordo não como o resultado de questões internas, mas da política externa americana no cenário pós-11 de setembro (WASHBURNE, 2014, p. 81; MAMDANI, 2014b, p. 16)

A pressão internacional para que as negociações de fato levassem ao fim do conflito armado atuou principalmente no governo em Cartum, por ser a parte mais relutante à mesa de negociações. Desde o golpe de 1989, que colocou no poder a Frente Nacional Islâmica – renomeada para o Partido do Congresso Nacional em 1996 –, as políticas internas e externas do governo convergiram para uma expansão do islamismo, com a imposição da *Sharia* internamente e apoio a grupos armados islâmicos de seus vizinhos africanos. O governo também hospedou Osama bin Laden entre 1992 e 1996, considerado à época uma ameaça à segurança internacional. Tais posicionamentos tiveram repercussões africanas e extra africanas. No âmbito africano, Eritreia e Etiópia, países que teoricamente estariam alinhados com o

¹⁰A abertura de conjuntos de vitória remete ao estudo de Putnam (2010) sobre negociação entre Estados. Para Putnam, existem dois níveis nas negociações, relacionado com os dois processos de ratificação: o que ocorre a partir da assinatura do acordo pelas duas partes e, num momento posterior, a aprovação interna do acordo realizado pelo negociador. O conjunto de vitórias, nesse sentido, são as possibilidades de acordos que podem ser feitos pelo negociador que seriam ratificados internamente.

governo sudanês devido ao apoio de Cartum aos movimentos que em 1990 derrubaram o Derg¹¹, passaram a apoiar o SPLM/A militar e economicamente.

No plano internacional, em 1991 o Sudão foi considerado pelos EUA o epicentro da revolução islâmica no Chifre da África, que finalizou sua assistência econômica ao país e pressionou o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial a fazerem o mesmo. Desde então, os EUA passaram a apoiar o SPLM/A com o sentido de enfraquecer e eventualmente derrubar o regime em Cartum. A administração Clinton (1993-2001) classificou o Sudão como Estado que apoia o terrorismo e, após os ataques terroristas às embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia, o governo retaliou ao explodir uma planta farmacêutica em Cartum, alegando erroneamente ser uma fábrica de armas químicas (AYERS, 2010, p. 162; MAHMOUD, 2013, p. 161). Outra ação do governo Clinton foi, em 1997, começar um regime de sanções contra o Sudão, impedindo empresas estadunidenses de atuarem no país.

A atuação da administração de George W. Bush (2001-2008) foi aquela que levou o NCP às negociações da IGAD. É preciso ressaltar, entretanto, que a aproximação dos dois países no começo da década de 2000 não é apenas um fruto das políticas estadunidenses, sendo também uma consequência de mudanças na política interna sudanesa. Desde 1999, quando al-Bashir sobrevive a uma tentativa de golpe e expulsa al-Turabi, o maior símbolo islâmico conservador do partido, houve uma mudança na retórica do governo, com o islamismo sendo paulatinamente substituído pela unidade nacional e pela união entre as regiões. Passou a ser um dos objetivos de política externa sudanesa a reconciliação com os países vizinhos e com o Ocidente, com o objetivo de atrair Investimento Direto Estrangeiro e melhorar a posição do Sudão no SI (WASHBURNE, 2014, p. 100-102).

O maior entrave à normalização das relações com o resto da comunidade internacional era a questão da guerra civil, sendo, portanto, imprescindível a abertura de Cartum às negociações. A centralidade da guerra na posição do Sudão internacionalmente devia-se ao posicionamento estadunidense em relação ao Sudão durante a Era George W. Bush. Com o 11/09 e o começo da Guerra ao Terror, o governo americano passou a ver o Sudão como uma ameaça a sua segurança, aumentando as pressões pelo fim do governo do NCP. A resposta sudanesa, advinda do medo de ser o próximo alvo da belicosidade estadunidense, foi um rápido alinhamento aos EUA, se propondo a estabelecer uma cooperação nas áreas militares e de inteligência entre os dois países com o objetivo de lutar contra o terrorismo. A aproximação

¹¹ Derg é o nome dado à junta militar socialista que chegou ao poder após a Revolução Etíope de 1974. Os grupos que lutaram a favor da derrubada do Derg, conquistando Adis Abeba em 1991, foram apoiados por Cartum, enquanto o Derg foi fundamental para a formação do SPLM/A.

entre os dois países, contudo, não poderia se dar em um cenário no qual o governo de al-Bashir é acusado de fomentar o terrorismo internacional e uma guerra contra os cristãos na região sul-sudanesa, e as pressões americanas ao NCP¹² para chegar a um acordo com o SPLM/A foram bem-sucedidas já a partir de 2002, quando se reiniciam as negociações que estavam dormentes desde 1994 (WASHBURNE, 2014, p. 81-82; YLÖNEN, 2011, p. 150; MAMDANI, 2014b, p. 16).

As negociações de 2002 levaram ao Protocolo de Machakos, que postula os princípios fundamentais do acordo de paz entre as duas partes beligerantes, isto é, a possibilidade de referendo para o Sul e a manutenção da política islâmica no Norte alinhado à liberdade religiosa na região sul-sudanesa. Desde Machakos, mais cinco protocolos foram redigidos no período 2002-2005, sendo o APC uma junção e ratificação de seis protocolos¹³. O APC, assinado em janeiro de 2005, findou a SGCS e confirmou a disponibilidade dos dois lados beligerantes em seguirem as ações concordadas nos seis protocolos com o objetivo principal de fazer a união ser atrativa para a população sul-sudanesa, que em 2011 votaria por sua independência ou pela unidade com o Norte.

Zambakari (2013, p. 17-19) resume o APC na busca por três objetivos que vão ao encontro de fazer a união atrativa para o Sul: a distribuição mais justa de riqueza entre o centro do país e a periferia; a transformação democrática do país; e o direito sul-sudanês de determinar seu próprio futuro. A distribuição mais justa se daria, em relação ao Sul, a partir da divisão igualitária dos recursos petrolíferos e divisão de poder entre o SPLM/A e o NCP nos postos do governo central em Cartum. Em relação ao restante das regiões, uma distribuição mais justa das riquezas se daria a partir de duas frentes, a primeira sendo consultas populares aos estados fronteiriços (Cordofão do Sul e Nilo Azul) e um referendo para decidir o pertencimento da região de Abyei ao Norte ou ao Sul; e, a segunda, a partir de eleições em 2010, quando partidos excluídos do processo de negociações que levaram ao APC poderiam adentrar no jogo político. Em relação ao terceiro objetivo, este seria realizado através do referendo de 2011. Outros aspectos importantes do APC são a manutenção de um Estado de caráter islâmico no Norte, enquanto na região controlada pelo Governo do Sudão do Sul se manteria o uso das leis

¹² As pressões centralizaram-se no *Sudan Act*, de outubro de 2002, que estipulava que, se Cartum falhasse em participar nas negociações com o SPLM o Congresso estadunidense buscaria no Conselho de Segurança da ONU um embargo de armas ao governo sudanês; instruiria diretores executivos a votar contra e se oporem a créditos, empréstimos e garantias advindas das instituições financeiras internacionais; e faria o possível para negar ao Sudão acesso a suas rendas petrolíferas (NMOMA, 2006).

¹³ Esses são: Protocolo de Machakos (2002), o Acordo sobre Arranjos de Segurança (2003), o Acordo sobre Divisão de Riqueza (2004), o Protocolo de Divisão de Poder (2004), o Protocolo sobre a Resolução do Conflito de Abyei (2004) e o Protocolo sobre a Resolução do Conflito em Cordofão do Sul/Montanhas Nuba e no Estado do Nilo Azul (2004).

tradicionais, do direito costumeiro e da secularidade do governo; e a concessão de anistia às partes beligerantes.

Uma última análise sobre o que representou tal acordo para o NCP e o SPLM/A é necessária. O APC demonstrou uma abertura no conjunto de vitórias de ambas as partes beligerantes. Em relação ao NCP, o partido assinou um acordo de paz que levaria à dissolução do seu país, algo antes impensável, mas agora necessário para manter o caráter islâmico do governo sudanês e, principalmente, diminuir a pressão internacional ao seu governo; o SPLM/A, por sua vez, abdicava da luta por um Sudão unido e secular, deixando de representar os interesses das periferias sudanesas, mas somente os interesses sulinos¹⁴ (WASHBURNE, 2014, p. 97-102). Dessa forma, o Protocolo de Machakos já aponta para quais seriam os termos que as duas partes beligerantes poderiam acordar: se o Norte não pudesse aceitar a reinvidicação do SPLM por um Norte secular, o SPLM deveria ter direito à autonomia e a um referendo para decidir o futuro da região sul-sudanesa¹⁵. (AALEN, 2013, p. 182). Todavia, ainda que a interferência externa para o fim da SGCS e a assinatura do APC tenha sido fundamentais, isso não significou que os dois lados beligerantes foram dominados pela mediação externa. Existiu uma abertura no conjunto de vitórias de ambas as partes, mas ao mesmo tempo o APC consolidou o poder dos dois partidos em suas respectivas regiões e melhorou a posição de ambas as partes no SI.

O terceiro passo lógico, com o intuito de comprovar a hipótese de tal sessão, analisa as limitações e o não cumprimento das normas estabelecidas no APC bem como as respostas da comunidade internacional ao desrespeito ao acordo. Dado que o APC teoricamente tinha como objetivo fazer a união atrativa para a população sul-sudanesa, o não cumprimento dele pelas partes signatárias pode ser interpretado como causa da criação do Sudão do Sul em 2011. Ainda que ambas as partes tivessem responsabilidades, o acordo dependia basicamente de concessões de poder e riqueza do NCP para o SPLM/A (YLÖNEN, 2011, p. 154). A mais importante área onde a intransigência do Norte desmantelou as possibilidades de unidade do Sudão foi a questão

¹⁴ Tal opção do SPLM/A, principalmente de John Garang, de aceitar a realidade de um possível Sudão do Sul independente também refletiu o enfraquecimento relativo das ideias de Garang, vista a percepção do partido de que a sucessão do Sul era muito mais popular com a população sul-sudanesa do que a unidade com o Sudão. De qualquer forma, o APC abria essa possibilidade sem descartar a unidade com o Sudão, visto que o APC estabeleceria as bases para um futuro Sudão que não subjugasse os povos sulistas à hegemonia de Cartum.

¹⁵ O fato de os termos do APC poderem ser entendidos como abdições de parte dos objetivos nortistas e sulistas não significa que, depois de assinado o acordo, os dois governos não tenham agido em prol de seus interesses anteriores. Para o Norte, isso significou as tentativas de recrutamento de soldados sulistas e desestabilização do Sul, com o objetivo de impossibilitar o referendo; para o Sul, o fomento da insurgência em Darfur e nos estados Nilo Azul e Cordofão do Sul, para enfatizar o caráter nacional das lutas contra Cartum. Ambas ações, contudo, não se consolidaram suficientemente para colocar em questão os termos do APC.

petrolífera. Outros descumprimentos do APC foram a realização de eleições descentralizadoras e limpas em 2010 e a questão de Abyei, Cordofão do Sul e Nilo Azul.

A questão petrolífera é a mais importante pois é a fonte primeira da riqueza sudanesa, e cujo compartilhamento significaria a possibilidade de grande crescimento das rendas do Governo do Sudão do Sul e desenvolvimento da região sul-sudanesa. O que se sucedeu no período 2005-2011, entretanto, foi uma marginalização do SPLM da administração das reservas petrolíferas, a partir do controle do NCP do Ministério de Energia e Mineração e da Companhia Sudanesa de Petróleo. Dessa forma, o SPLM não recebeu os 50% a que tinha direito no período interino e não pode monitorar o processo de produção petrolífera (YLÖNEN, 2011, p. 154-159).

A região de Abyei e os estados de Cordofão do Sul e Nilo Azul, por sua vez, ganharam protocolos separados no APC. Em relação à Abyei, estabeleceu-se uma Comissão de Fronteiras, que tinha como objetivo criar uma decisão final e vinculante sobre a delimitação geográfica da região de Abyei¹⁶. Após a delimitação, seu destino, como parte do Norte ou do Sul, seria decidido num referendo. Em 2005, a decisão da Comissão expandiu a região de Abyei, inserindo nela poços petrolíferos nortistas e, assim, ameaçando produção petrolífera de Cartum, pois, caso o referendo fosse desfavorável, o Sudão perderia o pouco petróleo que lhe restaria após a independência do Sudão do Sul (JOHNSON, 2008). Nesse sentido, Cartum não aceitou a decisão da Comissão e levou a situação à Corte Internacional de Justiça, que, em 2009, decidiu por diminuir a região de Abyei, retirando dela a maior parte dos poços petrolíferos e, portanto, minimizando a importância da região (BELLONI, 2011, p. 416). A discussão sobre quem poderia votar no referendo não foi resolvida até hoje, e um referendo não-vinculante de 2013 teve como resultado 99,9% de votos pelo pertencimento da região ao Sudão do Sul.

As outras regiões que, de acordo com o APC, deveriam passar por um processo de consulta popular para decidir seu futuro, os estados de Cordofão do Sul e do Nilo azul, não tiveram suas reivindicações atendidas. A delimitação da fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul ainda não foi estabelecida e Cartum, antes do referendo de 2011, ocupou militarmente tais estados para assegurar seu pertencimento ao Norte (YLÖNEN, 2011, p. 156). A questão das eleições também não cumpriu os termos do APC. Elas deveriam ser democráticas e transparentes, com o objetivo de incluir outros grupos políticos que não tiveram lugar nas

¹⁶ A área de Abyei foi ocupada historicamente por dois grupos, os Ngok Dinka e os árabes Misseriya, respectivamente relacionados geográfica e culturalmente com o Sul e com o Norte – ainda que fossem os primeiros que de fato se assentaram na região, com os segundos realizando migrações temporárias à Abyei.

negociações que levaram ao APC. As eleições, contudo, somente consolidaram o poder do NCP e do SPLM e não foram contestadas pela comunidade internacional.

Por último, é necessário destacar a falta de pressão externa como fator importante para o não cumprimento do APC e para a decorrente independência do Sudão do Sul. Segundo Sriram e Zahar (2009, p. 14-17), a existência de uma força mediadora para um Acordo de Divisão de Poder pode facilitar as negociações, pois diminui a possibilidade de defecção e institucionaliza uma balança de poder entre as partes beligerantes, as quais normalmente desconfiam uma da outra. A mediação por terceiros, porém, acarreta alguns problemas para o cumprimento do acordo no período pós-conflito, pois a retirada do mediador após a ratificação do acordo pode também retirar os incentivos das partes a cumpri-lo. Esta variável é ainda mais importante caso o acordo tenha sido feito pelas partes beligerantes com o objetivo de agradar o mediador.

Ambas as partes beligerantes que assinaram o APC não tinham razões para cumpri-lo em sua integridade. Em relação ao NCP, o APC diminuía seu poder relativo e retirava muitas riquezas de seu país, sendo poços e lucros petrolíferos os mais importantes. O SPLM/A, por sua vez, se preparava para a sucessão do Sul desde a morte de Garang e a percepção sobre a intransigência nortista em repartir com o Sul as riquezas de seu país. A isso se alinhou a total retirada da pressão dos países ocidentais para o cumprimento do acordo. Em relação a Abyei, Johnson (2008, p. 13-14) afirma que não houve nenhuma pressão por parte dos EUA e da Inglaterra para a aceitação da decisão da Comissão de Fronteiras de Abyei, sinalizando à Cartum que não havia consequências para a intransigência sulina. As eleições de 2010, por sua vez, não tiveram cobertura da mídia internacional, e as acusações de fraude não repercutiram em Washington – pelo contrário, os órgãos responsáveis aprovaram as eleições apesar de acusações de fraudes por movimentos sociais sudaneses (GRIFINI, 2010; WARNER, 2011, p. 192). No geral, a explosão da guerra em Darfur desviou a necessária pressão da comunidade internacional, principalmente estadunidense, para que as cláusulas necessárias para fazer a união atrativa para o Sul fossem cumpridas (LARGE, 2012, p. 290).

Após a análise do conceito de CIE e do processo construção de Estado do Sudão do Sul, é possível concluir que o Sudão do Sul é um estudo de caso desse novo fenômeno, principalmente devido à mediação externa em acordos de paz já ser considerada uma instância na qual se estabelece uma CIE. A obrigatoriedade de pensar-se na variável externa para a criação do Estado do Sudão do Sul, porém, seria a maior prova do caráter internacional da formação do mais novo país do mundo. Essa obrigatoriedade, que comprova a primeira hipótese do trabalho, evidencia-se pela intensa pressão estadunidense para a assinatura do APC e a retirada desta pressão no período pós-2005. O APC, que fornecia à população sul-sudanesa duas

opções, mas que teoricamente tinha preferência por uma delas, acabou sinalizando a inevitabilidade da segunda opção. Ainda que não seja possível argumentar, em um exercício contra factual, que o cumprimento do APC teria levado à união do Norte com o Sul, o descaso com suas principais diretrizes sepultou qualquer possibilidade de conciliação entre as duas regiões.

3 IMPLICAÇÕES INTERNAS DA CRIAÇÃO DO SUDÃO DO SUL

Com o intuito de investigar questões referentes à segunda hipótese do trabalho, a seção seguirá tal linha de raciocínio: primeiro, uma análise do APC no sentido de consolidar uma divisão de poder entre o NCP e o SPLM; segundo, uma investigação sobre as práticas do SPLM durante a SGCS; terceiro, serão encadeadas as características principais do Estado do Sudão do Sul a partir de sua independência; em último lugar, a crise política no país que se iniciou em 2013 será usada para comprovar a manutenção das práticas políticas neopatrimonialistas do SPLM desde sua criação até os dias atuais.

O SPLM/A, ao contrário do pensamento convencional, não nasceu como um movimento rebelde de caráter separatista, tendo como objetivo central a queda do regime central de Cartum. Isso se deve principalmente à figura de John Garang, que pregava um “Novo Sudão” e a união dos movimentos de contestação ao governo central sudanês de todas as regiões do Sudão. Para Garang, a lição-chave da PGCS foi que a demanda por independência dos insurgentes foi fundamental para o isolamento da região sul-sudanesa, vista a possibilidade de Cartum de unir o Norte em nome da guerra contra o Sul. A maior parte das vitórias do SPLA terem acontecido na fronteira com o Sudão e com a ajuda de milícias sudanesas foi a confirmação do sucesso da estratégia de unificação das lutas sudanesas em prol da derrubada do regime de Cartum, lideradas pelo SPLM/A de Garang (MAMDANI, 2014a). O apoio fundamental da Etiópia para a criação e manutenção do governo foi outro fator fundamental para a adoção de tal ideologia, visto a incongruência da Etiópia em apoiar um movimento separatista enquanto lutava internamente contra a insurgência separatista na Eritreia.

Existira, porém, principalmente a partir da ascensão de al-Bashir e seu governo de forte caráter islâmico no Sudão, partes do SPLM/A que pregavam o separatismo, acreditando que os cidadãos sul-sudaneses sempre seriam de segunda-classe dentro do Estado sudanês, ameaçados constantemente pela imposição da lei islâmica na região sul-sudanesa (AHMED, 2009, p. 140). Tanto Salva Kiir quanto Riek Marchar, o segundo e terceiro na linha de sucessão de Garang, eram separatistas, ainda que somente o segundo abertamente enquanto Garang ainda era vivo. A ideologia do Novo Sudão, portanto, era dominante até a morte de Garang, em 2005.

Durante o governo de Garang, a governança da região sul-sudanesa, por um lado, era altamente centralizada na sua figura, e não se criou um sistema de maior divisão de responsabilidades com outros líderes sudaneses ou maior abertura política à oposição (COPNALL, 2014, p. 64). Não existia um fórum regular onde questões políticas e econômicas podiam ser levantadas e debatidas, e o nível de controle das diferentes milícias que atuavam em

nome do SPLM/A era limitado, com grande autonomia dos comandantes locais, que mantinham em suas contas os repasses de verbas do movimento e tinham como objetivo aumentar os seus recursos a partir do controle de terras e populações. Nesse sentido, não se formaram bases burocráticas para um controle administrativo das diferentes regiões em guerra, e a SGCS, portanto, se deu em grande medida em volta da captura de poços de petróleo, gado, terras e pacotes de ajuda humanitária entre o Sul e o Norte e entre os diferentes comandantes locais do SPLA.

Não se estruturou, portanto, uma ligação entre o movimento de libertação e sua população, sendo o primeiro visto como um exército de ocupação, e não como um semi-Estado provedor de serviços básicos à população (PINAUD, 2014, p. 196-98). É importante frisar aqui, contudo, que não era do objetivo do SPLM/A a criação de um semi-Estado, e sim a mudança de regime no Sudão, sendo logo não somente atribuível à predação o insucesso da realização de políticas administrativas na região sul-sudanesa – mesmo sem tal objetivo, porém, o SPLM/A foi bem-sucedido na regulação de disputas e administração da lei nos territórios ocupados por ele (JOHNSON, 2003, p.105).

A criação de redes de transferências e alocações pela liderança política e principalmente militar sul-sudanesa ocuparam o vácuo da administração burocrática formal e se deram principalmente através da troca de gado por dotes para casamento. Os comandantes locais do SPLA utilizavam a compra de dotes de casamentos com mulheres de diferentes localidades como forma de criar relações de clientelismo entre eles e as comunidades locais. Além disso, arranjavam casamentos para seus soldados, comprando o dote de esposas para eles – expandindo, assim, a rede neopatrimonial para abarcar não apenas a elite do exército, mas outros membros do SPLA. Dessa forma, o SPLA criava laços entre o exército e a população e entre a elite do SPLA, os comandantes locais, e os “intermediários”, os soldados (PINAUD, 2014, p. 201-7). Tal característica do SPLM/A se manterá nos períodos posteriores de dominação do partido na região sul-sudanesa e depois no Sudão do Sul independente.

A centralização do poder nas mãos de Garang, as políticas antidemocráticas, os abusos de direitos humanos do SPLM/A, a oposição à influência etíope no movimento e a bandeira do separatismo da região sul-sudanesa foram as causas alegadas por Riek Marchar e Lam Akol, dois comandantes sêniores do SPLM/A na região do Alto Nilo, para o abandono de seus cargos, criação do SPLM/A-Nasir em 1991, e começo de um conflito com o SPLM/A no mesmo ano, sob a liderança de Marchar. A queda de Mengistu em 1990 abriu uma margem de fragilidade na liderança do SPLM/A que poderia ser utilizada para remover Garang do poder. No mesmo ano, o massacre na cidade de Bor, cidade natal de Garang, quando as forças de Riek Marchar

assassinaram cerca de dois mil civis da etnia Dinka, mostrou a estratégia do SPLA-Nasir de fomentar o conflito a partir de grupos étnicos.

O SPLM/A-Nasir se renomeou Movimento pela Independência do Sudão do Sul nos anos seguintes e, em 1997, para adquirir recursos suficientes para manter a luta contra Garang, assinou o Tratado de Paz de Cartum, que formalizou a aliança do movimento com o Norte. Outros grupos dissidentes da facção principal do SPLM/A se juntaram ao acordo ao longo dos anos, mas este se desmantelou em 2001 (MAMDANI, 2014a). As forças de Riek Marchar foram reincorporadas no SPLM/A em 2002, enquanto outras continuaram recebendo o apoio de Cartum e formaram as Forças de Defesa do Sudão do Sul (SSDF), que se transformou na maior ameaça militar ao SPLM/A no final da década de 1990 e início de 2000 (MAMDANI, 2014a; JOHNSON, 2003, p. 91-110). Portanto, neste período, marcado pelos conflitos internos no SPLM/A, o nível de competição entre os diversos grupos que lutavam pelo poder aumentou, o que levou, proporcionalmente, a um aumento também do nível de predação do SPLM/A na região sul-sudanesa (PINAUD, 2014, p. 198). Apesar de ser a partir da década de 1990 quando começam a aparecer nas lideranças do SPLM/A reivindicações pela separação do Sudão do Sul, foi também nessa época quando se esteve mais longe de expansão do aparato administrativo e da criação de um semi-Estado na região sul-sudanesa.

No mesmo ano da reunificação do SPLM/A é assinado o protocolo de Machakos, o primeiro dos seis protocolos ratificados no APC de 2005. Tal acordo se propôs a ser uma divisão de poder entre os dois principais beligerantes, o sudanês Partido do Congresso Nacional e o SPLM/A, visto que outros grupos políticos e militares não foram à mesa de negociações e a divisão de representatividade nos órgãos públicos foi dividida somente entre os dois partidos. Em relação ao último, o NCP ficou com 52% da representação no executivo e no legislativo, enquanto o SPLM com 28% e outros partidos do Norte e do Sul com respectivamente 14% e 6%. Além disso, o Sudão do Sul, sob a liderança do SPLM, obteve o direito a executivo e legislativo próprios, além da vice-presidência do Sudão que tinha poder de veto em todos os assuntos de interesse nacional. Os lucros petrolíferos, por sua vez, seriam em teoria divididos igualmente entre os dois governos. Evidencia-se, portanto, um acordo de divisão de poder entre o Norte e o Sul, com um novo balanceamento do poder em favor do Sul, dada sua possibilidade de autonomia e sua representatividade no governo central, antes inexistentes (AHMED, 2009, p. 141-142).

Essa nova relação de parceria entre o Norte e o Sul se aprofundou durante os anos posteriores à assinatura do APC, consolidando o poder entre os dois partidos que governavam suas respectivas regiões. Isso se deu principalmente como consequência da saída dos dois

maiores negociadores do APC, Garang, no lado do SPLM, e Ali Osman Mohamed Taha, pelo NCP. Enquanto Garang faleceu em 2005, Taha foi marginalizado no partido nos anos posteriores ao APC pois suas concessões ao SPLM/A foram vistas como exageradas pela liderança do NCP. As novas lideranças que tomaram lugar dos antigos negociadores tinham mais interesses em comum que os anteriores, principalmente pelo seu desejo comum em governarem de maneira soberana suas respectivas regiões. A morte de Garang levou à ascensão de grupos separatistas ao poder no SPLM, que, ao proclamarem a separação, não almejavam aliança com grupos rebeldes nortistas que ameaçavam Cartum¹⁷ (AHMED, 2009, p. 143-146). Dessa forma, estabeleceu-se uma parceria entre os dois partidos, que levou à consolidação de tais partidos no poder¹⁸.

As eleições de 2010 foram uma confirmação de tal acordo de divisão de poder. Apesar de terem como objetivo teórico maior democratização e abertura da estrutura política do Sudão e do Governo do Sudão do Sul – isto é, uma inclusão dos partidos excluídos do APC –, elas se transformaram em um meio de alcançar legitimidade interna e externa tanto do NCP quanto do SPLM. As eleições foram marcadas pela supressão da oposição (GRIFIN, 2010; WALL, 2014, p. 354) e pela vitória do SPLM em todos os postos governamentais e por mais de 90% dos votos na eleição presidencial. A falta de uma real disputa entre o SPLM e o NCP para a eleição à presidência no Sudão, dada a retirada da candidatura do candidato do SPLM Yassir Arman dez dias antes da eleição, é outro forte indicativo de um acordo secreto entre os dois partidos, que trocava a realização do referendo em 2011 pela eleição de 2010 (COPNALL, 2014, p. 61). Apesar do acordo de divisão de poder, ainda existiam fragilidades na relação entre os dois partidos. Na realidade, tal acordo apenas estabilizou a dominância de dois regimes de partido único no pós-2011 – a retirada do SPLM do Governo de União Nacional em 2007 é a maior evidência de tal desconexão entre os partidos (JOHNSON, 2008, p. 18).

¹⁷ Existiu, contudo, ainda uma última tentativa por parte da facção unionista do SPLM/A em conquistar o governo do Sudão. Essa se articulou a partir de Pagam Amun, secretário geral do SPLM, ex-aliado de Garang que declarou o fechamento dos poços de petróleo em janeiro de 2012. Sua estratégia partia do pressuposto de uma necessidade maior por parte do Sudão dos lucros petrolíferos – o fim destes, nem que fosse temporário, levaria ao esfacelamento do regime sudanês. Suas expectativas foram frustradas, e seis meses após o fechamento dos poços Amun se viu obrigado a fechar um acordo com Sudão para a retomada da produção (WALL, 2014, p. 362).

¹⁸ Outra consequência de tal congelamento do poder nas mãos dos dois maiores partidos de suas regiões, o NCP e o SPLM, foi a intensificação do conflito em outras regiões do Sudão, principalmente Darfur. Isso ocorreu de duas maneiras. A primeira e mais evidente foi a partir da exclusão dos movimentos rebeldes de Darfur nas negociações, o que levou à revolta das populações da região. Segundo, os negociadores internacionais (principalmente estadunidenses) ignoraram a eclosão da guerra em Darfur durante as negociações. Quando o SPLM/A, que na época objetivava um “Novo Sudão”, percebe tal estratégia dos negociadores, arma e apoia os insurgentes em Darfur, numa tentativa de mostrar à comunidade internacional e ao povo sudanês a totalidade do conflito no país. As ações do SPLM/A foram abafadas pela mídia internacional, visto o apoio ocidental ao SPLM/A e a necessidade de levar adiante o acordo, possibilitando a escalada do conflito (SRINIVASAN, 2013).

Após a compreensão da estrutura política do SPLM/A durante a SGCS e da manutenção do poder por este partido a partir do APC e da consequente independência do Sudão do Sul, é possível delinear as características básicas do novo Estado do Sudão do Sul. Elas apontam para uma continuidade das práticas verificadas no período da SGCS, ainda que com adaptações ao período pós APC e algumas novas características. Quatro seriam as principais características do mais novo Estado do mundo: 1) manutenção e expansão do caráter neopatrimonial do Estado; 2) manutenção das relações clientelistas na relação entre a elite do governo e seus subordinados, ainda que uma transformação nos meios de criação dessas relações, que agora se dão tanto na esfera militar quanto civil; 3) organização das unidades administrativas em linhas étnicas; 4) imposição de leis escritas/civis sobre as populações sul-sudanesas; 5) a manutenção do caráter internacional do Estado, herança da união com o Norte.

Em relação à primeira característica, Wall (2014) a define como a utilização por parte dos líderes do SPLM/A de toda e qualquer oportunidade para tornar privado fundos públicos. Para o autor, a cleptocracia seria a versão sul-sudanesa do neopatrimonialismo e envolve um sistema altamente militarizado, monetizado e, principalmente, instável e turbulento. Dada a ausência de uma política contra corrupção contundente ou um real controle dos diversos políticos e comandantes locais pelo governo central, Salva Kiir estaria no topo de um sistema que não possui efetivo controle, pois cada membro do sistema possui agendas personalistas e controle de recursos e pessoal.

Outro desdobramento do neopatrimonialismo sul-sudanês é a expansão de redes de clientela a partir de linhas familiares e étnicas. Esse seria o pilar fundamental da manutenção da estrutura e do regime político sudaneses: a incorporação de parte da população, principalmente sua elite, através de cargos, tanto militares quanto no governo civil e no partido. Em relação à esfera militar, ela seria a principal maneira de garantir a legitimidade do governo em áreas longínquas de Juba e, logo, é fundamental para a manutenção do regime. Antes de crise de 2013, cerca de 50% do orçamento do governo era destinado ao pagamento de soldos, que também constituía 80% do orçamento das forças armadas (MAMDANI, 2014a). Além da necessidade de expansão das redes neopatrimoniais do Estado, a manutenção da liderança da aristocracia militar no comando do SPLM e do Sudão do Sul em geral também fez parte da estratégia de Salva Kiir, bem-sucedida até hoje, de frustrar as tentativas de Cartum de contratar milícias sul-sudanesas para reprimir rebeliões em regiões sudanesas¹⁹ (WALL, 2014, p. 358).

¹⁹ Principalmente a partir dos anos 1970, com a segunda guerra civil entre o Norte e o Sul, começaram a surgir no Sudão múltiplos focos de insurgência contra o governo central, os quais se mantêm até hoje. As regiões afetadas são a de Darfur (do Norte, Ocidental, Central, do Sul e Oriental) e a Leste (estados Mar Vermelho, Al Qadarif e

Em relação à expansão das redes patrimoniais no meio civil, é possível afirmar que houve uma transformação das redes de clientela por dotes no período da SGCS para redes de parentesco da elite, que contrata para os órgãos públicos pessoas ligadas a ela por relações familiares ou étnicas. Pinaud (2014, p. 209) estima que, como consequência da falta de meritocracia como método para a contratação de empregados governamentais, cerca de 60% dos servidores públicos não são qualificados para exercer seus cargos. O terceiro e último lado da estratégia de alocação sul-sudanês é a “Grande Tenda”, pregada por Kiir desde 2005. Tal estratégia é a contínua incorporação de grupos militares que atuavam contra o governo do SPLM no Sudão do Sul. O maior exemplo da Grande Tenda foi a assinatura da Declaração de Juba em 2006, na qual a maioria dos líderes da SSDF foram incorporados ao SPLA. Uma estratégia impensável para Garang, tal acordo impediu a escalada de tensões entre o Sudão e o Sudão do Sul durante a assinatura do APC e o referendo de 2011 a partir de um *proxy* sudanês, as SSDF, no território sul-sudanês (COPNALL, 2014, p. 67).

Essas duas primeiras características do Estado sul-sudanês, que podem ser resumidas na manutenção de uma aristocracia militar, conceito de Pinaud (2014), no poder através de redes neopatrimoniais e de clientela, têm duas consequências imediatas para a construção de Estado no Sudão do Sul. Primeiro, é evidente que, se um Estado prioriza os gastos com salários, outros elementos do orçamento governamental serão prejudicados, com a provisão de serviços básicos. É importante ressaltar, porém, que o gasto público do Sudão do Sul é consideravelmente maior que o de seus vizinhos Quênia e Etiópia, ainda que não seja suficiente para inverter a situação de subdesenvolvimento do país provocada por quase cinco décadas de guerra (WALL, 2014, p. 359-60).

A segunda e mais importante consequência é a realização contínua de rebeliões rentistas (*rent-seeking rebellions*) que, devido à estratégia de Grande Tenda de Kiir, continuam sendo proveitosas para os rebeldes por serem uma maneira de negociar suas posições relativas nos espaços de poder do SPLM/A e do governo do Sudão do Sul (WALL, 2014, p. 350; PENDLE, 2014). Os grupos rebeldes costumam também ganhar anistia, facilitando ainda mais sua decisão de fomentar a violência (MAMDANI, 2014a). Assim, forma-se um constante conflito entre os que têm acesso aos recursos da máquina estatal e os que não têm. Torna-se claro, nesse sentido, o porquê dos programas de desmobilização e desarmamento não terem sido bem-sucedidos nesses primeiros anos de Sudão do Sul: dado que os militares constituem a elite do país e é

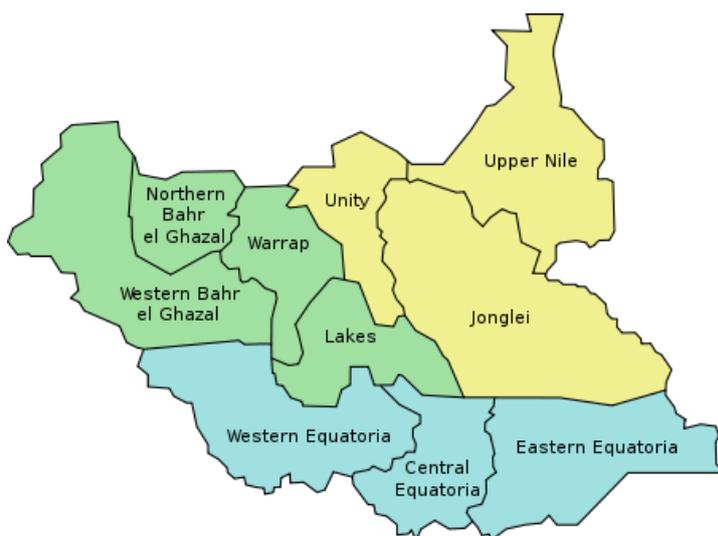
Kassala) e, além dessas regiões, os estados Nilo Azul e Cordofão do Sul. É importante ressaltar que são regiões majoritariamente muçulmanas, levando o governo central a expandir o conceito de *jihad* para englobar a luta contra os opositores do regime e os secularistas, sendo eles muçulmanos ou não (JOHNSON, 2003, p. 129).

possível acessá-la a partir de uma rebelião rentista, conjuntamente com a impossibilidade de outros meios de ascensão econômica e social devido à situação econômica do país, a escolha se define entre a luta e a miséria.

As próximas duas características do Estado do Sudão do Sul, a organização das unidades administrativas em linhas étnicas e a imposição de leis escritas/civis nas populações sul-sudanesas, são características estatais introduzidas a partir do APC e da criação do Sudão do Sul em 2011. Elas estão relacionadas com as diretrizes políticas do processo de Construção Internacional de Estado, que, como já visto na primeira seção, estão permeadas pelos ideais liberais e ocidentais do que se constitui um Estado, além de imporem padrões de relacionamento externos aos já instituídos processos da cultura política sul-sudanesa. De acordo com Pendle (2014), estas duas novas características têm como consequência uma expansão da utilização da violência para a renegociação de uma posição da balança de poder do governo central e do SPLM/A, pois elas interrompem as negociações pacíficas de conflitos entre diferentes grupos no Sudão.

A organização das unidades administrativas em linhas étnicas, apesar de ser um fenômeno novo do Estado do Sudão do Sul, reinstituiu o padrão de administração da ex-metrópole na região. Como característica básica, o governo britânico politizou as identidades étnicas a partir de uma diferenciação política e territorial exclusiva das identidades sul-sudanesas. Cada etnicidade, nesse sentido, possuía um território definido próprio e um chefe, ou autoridade étnica, que tinha como função coletar os impostos à coroa britânica e resolver conflitos a partir da aplicação de direitos costumeiros e de sua autoridade máxima do poder de decisão (MAMDANI, 2014a).

Figura 3: Os estados do Sudão do Sul, agrupados em três províncias históricas: Bahr el Ghazal (Verde), Equatoria (Azul) e Grande Alto Nilo (Amarelo).



Fonte: WIKIPEDIA, 2015

No período da SGCS, esse padrão se transformou, com a perda da importância das unidades administrativas e a utilização coletiva de recursos, como água e terras férteis, a partir de acordos entre grupos sedentários e nômades para a utilização dos territórios sul-sudaneses. A nova estrutura política do Sudão do Sul independente, porém, voltou a dividir o país após 2011, desta vez em um maior número de distritos de menor tamanho, utilizando as bases étnicas como forma de demarcação territorial. Atualmente, o Sudão do Sul é constituído de dez estados, como mostra a Figura 3. A proliferação de distritos dentro de cada estado é uma tendência da organização administrativa sul-sudanesa – por exemplo, o estado da Equatoria Oriental já possui oito distritos, com uma tendência à expansão desde número no curto e médio prazo (ZAMBAKARI, 2014, p. 99). A consequência de tal redivisão de direitos à terra foi uma súbita mudança nas balanças de poder locais, que levaram a conflitos provocados pelos desfavorecidos por essa redistribuição de poder (PENDLE, 2014).

Outra característica do governo sul-sudanês foi a desarticulação das leis de caráter costumeiro e imposição de leis civis pelo território sul-sudanês, indo de encontro ao padrão inglês de administração colonial. Durante a SGCS, o SPLM/A foi eficaz em realizar uma balança de poder entre facções que disputavam recursos no país a partir de uma autoridade regulatória que aplicava a lei costumeira. Após o APC, porém, a presença do SPLM/A fora de Juba diminuiu e principalmente se transformou em uma imposição externa de leis civis em conflitos entre populações locais. Ao narrar o caso de disputas entre três grupos Dinka nos anos 2000, Pendle (2014) descreve a afirmação da autoridade do governo central a partir da indicação *ad hoc* de juízes anglófonos que aplicaram a nova lei civil para resolver o conflito. A

consequência de tal intervenção foi o fim das negociações pacíficas entre os grupos Dinka e a volta ao cenário de violência.

A última característica, a internacionalidade do Estado do Sudão do Sul, também está em consonância com as características da CIE, mas é uma característica herdada do governo sudanês. O Sudão ficou conhecido internacionalmente como o primeiro *ONGstão*, pela dependência do Estado da provisão de serviços básicos de OIs e ONGs. Só no período Nimeiri (1971-75), Juba recebeu seis agências da ONU, quatro agências de desenvolvimento bilateral e vinte e duas ONGs (LARGE, 2012a, p. 275). O Sudão do Sul mantém essa característica, a qual se intensifica devido à situação de conflito vigente durante a maior parte do seu período de independência, acarretando uma distribuição de recursos que prioriza a questão militar e não a socioeconômica.

A crise interna no Sudão do Sul, iniciada em 2013, é uma consequência nítida das características históricas do governo sul-sudanês e de seu partido e exército hegemônicos, o SPLM/A – principalmente sua incapacidade de transitar de um movimento de libertação nacional para um partido. Ela se inicia nas tentativas do ex-vice-presidente do país, Riek Marchar, de limitar os poderes presidenciais a partir de mudanças na constituição do país e do partido. Quando tais tentativas foram frustradas, Marchar anunciou sua candidatura para presidente nas eleições de 2015. Pagam Amun e Rebecca Nyandeng (viúva de Garang), outros dois opositores das políticas de Kiir, também anunciaram candidaturas independentes no começo do ano. Ao longo do ano, Kiir foi se afastando desses três líderes, além de outros membros do partido, até que em julho do mesmo ano ele dissolveu todo o seu gabinete e demitiu Marchar e outros dois ministros, colocando em seus lugares políticos sul-sudaneses ligados ao Sudão. Além disso, 170 oficiais do SPLA foram demitidos por seu alegado apoio ao SPLA-N²⁰, numa estratégia para aproximação com Cartum. A escolha do presidente de não reintegrar tais opositores nos postos civis e militares do país e do partido, e sim removê-los, levou a união dos dissidentes na figura de Marchar que, em uma declaração conjunta no começo de dezembro acusaram o presidente de “tendências ditatoriais” e de ter imobilizado o partido, abandonado a liderança coletiva e impedido quaisquer pretensões democráticas de governo (WALL, 2014, p. 365; MAMDANI, 2014a). Além disso, acusaram o governo de não possuir uma estratégia de desenvolvimento para o país desde sua independência (JOHNSON, 2014, p. 303).

²⁰ Tal grupo é formado por membros nortistas do SPLM/A que se mantiveram na luta contra o Sudão após a separação do Sudão do Sul em 2011. Sua atuação se concentra nos estados sudaneses que possuem fronteira com o Sudão do Sul.

Os eventos que levam à escalada do conflito ainda estão muito perto temporalmente do presente, coexistindo duas histórias que explicam a irrupção do conflito em 15 de dezembro de 2013. Salva Kiir afirmou que existiu uma tentativa de golpe arquitetada por Marchar com a colaboração de ex-ministros, ordenando a prisão de tais conspiradores. Peter Adwok Nyaba, um dos ministros demitidos em julho, e as tropas organizadas em volta de Marchar responsabilizaram o presidente, afirmando que tal tentativa é inexistente e que as prisões foram uma estratégia de Kiir para reprimir a oposição ao seu governo. Até os dias atuais não existe um veredito sobre quem iniciou o conflito. Independentemente da origem, contudo, Marchar fugiu de Juba e, nos dias posteriores ao 15 de dezembro, os comandantes da oitava e quarta divisões do exército sul-sudanês, estacionadas em Jonguei, Unity e Upper Nile e apoiadores de Marchar, anunciaram suas defecções, criaram o SPLM/A-Oposição e tentaram ocupar as cidades de Bor, Bantiu e Malakal, onde existem poços petrolíferos, fundamentais para a estabilidade econômica do Sudão do Sul. Tal ação só não foi efetiva devido ao apoio militar dado por tropas ugandesas ao governo de Salva Kiir, que se mantiveram no conflito desde então.

É possível entender essas causas imediatas a partir das características principais do Estado do Sudão do Sul. As tropas que se uniram no entorno da figura de Marchar foram as mesmas que entraram em conflito com o SPLM/A em 1991, e a atual luta está concentrada nos três estados onde se lutou na década de 1990, evidenciando que a estratégia de reincorporação das milícias ao governo e ao partido foi falha em relação à Marchar e seus aliados (JOHNSON, 2014, p.305). Quando Kiir, por outro lado, poderia ter utilizado dessa mesma estratégia para evitar um escalonamento do conflito, ele preferiu utilizar-se de seu poder executivo para controlar o governo central.

Por último, é necessário contra argumentar as acusações sobre a possibilidade do conflito ser principalmente de caráter étnico. A concepção de grupo étnico parte da análise de Turton (1997), que enxerga os grupos étnicos como socialmente e historicamente constituídos, tendo como principal finalidade em um conflito a construção de um inimigo, apesar da heterogeneidade étnica do grupo que o criou. Em relação ao recente conflito no Sudão do Sul, existiu uma aparente divisão entre os grupos Dinka, etnia de Salva Kiir, e os Nuer, de Riek Marchar. Essa se daria principalmente a partir das acusações Nuer da dominação Dinka do governo sul-sudanês e do SPLM/A. Tal acusação, porém, deve ser entendida não como uma questão étnica, e sim como uma crítica às práticas políticas do SPLM/A, visto que existem grupos de Dinka que também estão frustrados com o elevado grau de nepotismo apresentado pelo governo central (PINAUD, 2014, p. 210). Além disso, não é possível delinear no país uma unidade nos diversos grupos que constituem os governos Dinka e Nuer, comprovada não só

pelas análises anteriormente citadas de Pendle (2014) mas também pelas contínuas frustrações encontradas pelas milícias de Marchar em arrecadar soldados, tanto em 1991 quanto nos dias atuais, a partir de um sentimento de pertencimento à etnia Nuer. Cabe ressaltar, por último, que esse conflito não se exacerbou para um conflito civil, sendo os maiores envolvidos o SPLA e as tropas do SPLA-Oposição (JOHNSON, 2014, p. 307). Em agosto de 2015, após ameaças do Conselho de Segurança da ONU de aplicar sanções ao Sudão do Sul, que incluíam um bloqueio de transferências de armas ao país, as duas partes beligerantes chegaram a um acordo de paz, ainda que as instâncias de divisão de poder e do pós-conflito ainda estejam sendo negociadas.

4 IMPLICAÇÕES EXTERNAS DA CRIAÇÃO DO SUDÃO DO SUL

4.1 IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA REGIONAL: O CASO DA REGIÃO DA BACIA DO RIO NILO

Figura 4: A região da Bacia do Rio Nilo. O círculo representa o local da Represa da Grande Renascença.



Fonte: Chandler, 2015.

O Sudão do Sul faz parte de diversos complexos regionais, cada um com suas dinâmicas internas distintas. A África Oriental²¹ e o Chifre da África²² são as duas regiões mais conhecidas nas quais o Sudão do Sul se inseriu após a sua independência. A região da Bacia do Rio Nilo, porém, foi escolhida nessa monografia como objeto de estudo com o objetivo de ratificar a terceira hipótese do trabalho, ou seja, comprovar que a criação do Sudão do Sul tem impactos

²¹ A região da África Oriental pode ser delimitada de várias maneiras. Seu centro são os países da Comunidade da África Oriental, Quênia, Uganda, Ruanda, Tanzânia e Burundi. A região pode ser estendida para englobar, dependendo do foco de estudo do trabalho, Sudão, Sudão do Sul, Etiópia, Somália, Eritreia, Comores, Ilhas Maurício, Seychelles, Moçambique, Madagascar, Egito, Malawi, Zâmbia e Zimbábue.

²² Djibuti, Eritreia, Etiópia, Somália, Quênia, Sudão e Sudão do Sul compõe tal região, de acordo com a divisão proposta por Sharamo e Mesfin (2011).

nas relações internacionais. Nesse sentido, o objetivo dessa subseção é comprovar que a criação do Sudão do Sul implica em uma mudança na balança de poder entre os países que compõe a Bacia do Rio Nilo. Para isso, primeiro a subseção fará uma contextualização da balança de poder dessa região e, depois, apontará as consequências da criação do Sudão do Sul para essa balança.

O Rio Nilo é o mais longo rio do mundo, com 6.850 quilômetros de extensão, e seus afluentes se estendem por uma área de 3 milhões de quilômetros quadrados. Ele possui dois afluentes principais, o Nilo Azul e o Nilo Branco, que se unem em Cartum e desaguam no norte do Egito, como mostra a Figura 4. O Nilo Azul possui maior volume de água e é mais fértil para a produção agrícola que o Nilo Branco e inicia-se no lago Tanna, na Etiópia; o Nilo Branco, por sua vez, tem como nascente o Lago Vitória, que se estende por Uganda, Quênia e Tanzânia. Onze países compartilham as águas do Nilo: Egito, Sudão, Sudão do Sul, Etiópia, Eritreia, Quênia, Uganda, Tanzânia, Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo. É possível dividir os países em dois grupos: os países a montante, que possuem nascentes dos afluentes principais do Nilo em seu território (como Etiópia e Uganda), e países a jusante, que apenas recebem os fluxos de água dos afluentes principais (Sudão, Sudão do Sul e Egito). Forma-se, portanto, uma separação natural entre os países ribeirinhos, pois enquanto os países a montante dependem principalmente das chuvas para o fluxo de águas do Nilo, os países a jusante dependem do fluxo advindo dos países a montante (RAHMAN, 2011).

É por esse fator que o Egito, país mais a jusante do Nilo, age historicamente para impedir que mudanças realizadas no Rio Nilo por parte dos países a montante interfiram quantitativa e qualitativamente no fluxo de água que chega em seu país. O Nilo possui importância fundamental para o Egito, pois é a maior fonte de energia do país e é a fonte de água de quarenta milhões de fazendeiros que irrigam seus campos desérticos com suas águas (PEARCE, 2015). Historicamente, portanto, sua política para a região foi de consolidação do seu poder político em relação aos demais países por meio da afirmação de tratados e da proibição à construção de represas e à extração de água do rio. O acordo mais importante foi o de 1929, assinado entre Egito e Grã-Bretanha e reafirmado em 1959 quando da independência do Sudão, que concedeu poder de veto ao Egito em relação ao uso das águas do Nilo pelas colônias britânicas, além de permitir a utilização dos recursos hídricos do Nilo somente por Egito e Sudão²³. Esse acordo é

²³ O acordo de 1959 alocou 18,5 bilhões de metros cúbicos do rio para o Sudão e 55,5 bilhões para o Egito. Somados, esses 79 bilhões de metros cúbicos representavam 99% do fluxo anual médio do Nilo. O acordo também permitiu a construção das represas de Aswan, Roseires e Khashm al-Girba, sendo a primeira egípcia e as outras duas sudanesas (AZIKIWE, 2013).

importante pois, apesar do status de colônia da maioria dos países que o assinaram e da exclusão da Etiópia, ele ainda é utilizado pelo Egito como argumento para vetar os projetos dos países a montante. Atualmente, o Egito utiliza mais água do Nilo do que lhe é de direito conforme o acordo de 1959, pois o Sudão somente construiu represas suficientes para capturar dois terços do que tem direito, com o Egito apreendendo o terço restante (PEARCE, 2015).

Muitas tentativas já foram feitas para a realização de outro acordo que tenha como signatários todos os países ribeirinhos e que leve a um projeto de cooperação entre eles, como a Hydromet, de 1967, a Undugu de 1983 e a Tecconile de 1992. Essas três tentativas não foram bem-sucedidas, pois, além de não levarem em conta o problema da distribuição dos recursos hídricos, encararam a limitação de fundos e a não adesão da Etiópia. Em 1999, porém, é criada a Iniciativa da Bacia do Nilo (IBN), que desde o começo se propôs a tratar do problema da repartição das águas do Rio e contou com a participação de todos os países ribeirinhos – salvo a Eritreia, que é membro observador. As tentativas de transformar essa iniciativa em um órgão regional permanente, porém, foram até o momento frustradas. Para a institucionalização da iniciativa, seis dos dez membros da IBN precisam assinar e ratificar o Acordo-Quadro de Cooperação (AQC), também conhecido como Tratado de Entebbe, e quatro países não o fizeram²⁴. O AQC, que seria a base jurídica de tal órgão, não reconhece os tratados de 1929 e 1959 como vinculantes e estabelece a votação majoritária como forma de tomada de decisões da futura instituição – dois itens inaceitáveis para os interesses de Cairo (TAFESSE, 2011; HUSSEIN, 2015a).

A liderança pela Etiópia do AQC e a recusa egípcia e sudanesa em aderir a ele são um demonstrativo da histórica oposição entre os dois países na região. Essa oposição ainda vai além das tentativas de criação de cooperação regional, pois atualmente a construção pela Etiópia da Represa da Grande Renascença (RGR), atualmente o maior projeto de infraestrutura de todo o continente africano, é um claro enfrentamento etíope à liderança regional egípcia. O alto volume de estoque da água necessário para o reservatório da represa, cerca de 74 bilhões de metros cúbicos de água, ameaça os fluxos de água que chegam no Egito – segundo relatórios egípcios, o reservatório etíope ameaça diminuir a quantidade de água que chega ao Egito na escala entre nove e doze bilhões de metros cúbicos por ano, perdendo cerca de três milhões de hectares de terra agricultável (HUSSEIN, 2015b).

Esse enfrentamento já causou conflitos diplomáticos entre os dois países, pois o Egito tentou impedir a construção da RGR a partir de pressões nos organismos econômicos

²⁴ Os signatários do acordo que ratificaram ele internamente são Etiópia, Ruanda e Tanzânia. Egito, Sudão, e República Democrática do Congo não assinaram e Sudão do Sul, Quênia e Burundi assinaram, mas não ratificaram.

internacionais e foi parcialmente bem-sucedida – a Etiópia financia praticamente sozinha a construção da RGR, estimada em cinco bilhões de dólares (RAHMAN, 2011; PEARCE, 2015). Existe, portanto, possibilidade dessas tensões se transformarem em um conflito armado entre o Egito e a Etiópia, principalmente a partir da finalização da RGR, que tem como previsão de término o final de 2016.

Os últimos anos demonstraram uma mudança da balança de poder da região em favor da Etiópia. A Primavera Árabe trouxe para o Egito anos de instabilidade, que puderam ser utilizados pela Etiópia para construir sua represa. A construção iniciou-se em 2011, ano da queda de Mubarak e recebeu apoio dos demais países ribeirinhos. A estratégia Etíope para a região foi a diplomacia energética, definida como a distribuição para os países da região dos excedentes energéticos das grandes represas, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento da região e as relações de cooperação entre seus membros. O consentimento de todos os vizinhos menos do Egito - inclusive do Sudão - em relação à construção da RGR mostra que essa estratégia já se mostrou bem-sucedida apesar das represas ainda estarem em processo de construção. O país já realizou acordos hídricos com o Quênia, Uganda e Tanzânia (JOBSON, 2014).

A separação do Sudão do Sul é outro ponto que foi avaliado primeiramente como uma vitória etíope na balança de poder da Bacia do Rio Nilo (WASSARA, 2014, p. 80-81; WARNER, 2011, p. 200). Ainda que o Sudão do Sul esteja a jusante do curso d'água, seu padrão histórico de cooperação com a Etiópia, a Uganda e o Quênia, em contraponto à sua inimizade com o Sudão, faziam o Egito desde as primeiras negociações entre o Norte e o Sul para o fim da SGCS ser defensor da união entre as duas regiões. Sua tentativa de propor negociações que não envolvessem a autodeterminação da região sul-sudanesa em 1997, que tiveram apoio também da Líbia, não atingiram resultados concretos, dada a preferência internacional às negociações lideradas pela IGAD (WARNER, 2011, p. 203). O APC de 2005 não estipulou se o Sudão do Sul permaneceria ou não assinante do acordo de 1959, deixando aberto ao novo país escolher sua estratégia para o período pós-independência.

As impressões egípcias de futuros problemas sobre a sua estratégia de atuação na região da Bacia do Nilo devido a uma provável aproximação entre o Sudão do Sul e os países da África Oriental no período pós-independência mostraram-se corretas. Nos primeiros anos após a independência, o governo do SPLM/A sinalizou sua aprovação à construção da RGR, alegando que prejuízos para o Egito e para o Sudão seriam inexistentes – pelo contrário, as represas etíopes trariam benefícios para as futuras gerações de todos os países ribeirinhos (BERHAME,

2013a). O Sudão do Sul não reconheceu os acordos de 1929 e de 1959, assim como seus vizinhos ribeirinhos, e entrou em 2013 na IBN, assinando o AQC (ETHIOPIA, 2013).

A crise que desestabilizou o Sudão do Sul a partir de dezembro de 2013, contudo, trouxe incertezas à política externa etíope e oportunidades para a egípcia. A grande coalizão de países que apoiavam os projetos de infraestrutura etíopes ficou mais instável, vista a repressão dos vizinhos à intervenção militar ugandesa em favor de Salva Kiir, principalmente advindas do Sudão, o qual é afetado historicamente com apoio ugandês às milícias contrárias a Cartum (VERHOEVEN, 2014).

Mais importante, porém, foi a utilização da instabilidade sul-sudanesa por parte do Egito para se aproximar do Sudão do Sul. Visto o afastamento do primeiro em relação ao Sudão, que aprovou a construção da RGR, e a importância do Sudão do Sul em dois aspectos, as águas do *Sudd* e a sua participação na IBN, uma aproximação com o jovem país seria fundamental para reequilibrar a balança de poder da região da Bacia do Rio Nilo. Assim, durante esse período, o Egito e o Sudão do Sul estabeleceram acordos de cooperação, com investimentos egípcios de 26,6 milhões de dólares para promoção de desenvolvimento²⁵ e compartilhamento de conhecimentos técnicos em questões hídricas (HORN AFFAIRS, 2014). Além disso, os dois países assinaram um acordo de cooperação militar, com assistência e treinamento militar por parte do Egito ao SPLA (MEKONNEN, 2014). Após essas negociações, o Sudão do Sul não confirma sua aproximação dos seus vizinhos a montante, não ratificando o AQC internamente (HUSSEIN, 2015a). Foi vitoriosa, portanto a estratégia egípcia de aproximação com o Sudão do Sul para impedir que o AQC se tornasse vinculante.

Em setembro de 2014, a primeira reunião do Comitê Tripartite Nacional, que une Egito, Etiópia e Sudão para a realização de estudos sobre os impactos da RGR sobre o Nilo, mostrou o ganho relativo de poder da Etiópia na região e a possibilidade de cooperação entre Egito e Etiópia para a estabilidade regional e o estabelecimento de um novo acordo sobre a divisão dos recursos hídricos do Nilo (TEKLE, 2014). Em março de 2015, uma Declaração de Princípios entre Egito, Etiópia e Sudão sobre a RGR estabelece meios de resolução de conflitos entre os países e prioriza os países à jusante como compradores da energia gerada pela RGR. Além disso, os países se comprometem a implementar as recomendações de um painel internacional de especialistas e do relatório final do Comitê Nacional Técnico (EGITO; ETIÓPIA; SUDÃO,

²⁵ Entre os projetos de desenvolvimento estaria a finalização da construção do Canal de Jonglei. Tal canal foi projetado pelos britânicos durante o período de colonização do Sudão como uma maneira de ligar os recursos hídricos da região do *Sudd* com o Nilo Branco, com o objetivo de diminuir a perda de água devido à evaporação do *Sudd* e aumentar o fluxo de água do Rio Nilo. A construção do Canal de Jonglei já começou e foi interrompida duas vezes, nos anos 1930 pelos britânicos e nos anos 1970 pelos sudaneses.

2015). Essas iniciativas, aliado aos feitos da IBN desde seu estabelecimento²⁶, os quais aumentaram o grau de cooperação entre os países membros e de informação compartilhada sobre os aspectos hidrográficos e sociais do Rio Nilo (CHIKOZHO, 2014), demonstram que o cenário de uma possível futura guerra por recursos é menos iminente que fora alguns anos atrás.

Fundamental para esse cenário de apaziguamento na região da Bacia do Rio Nilo foi o rebalanceamento regional, que pode ser entendido como uma consequência dos primeiros anos do Sudão do Sul independente. Apesar de, em um primeiro momento, as ações do Sudão do Sul mostrarem uma evidente vitória dos interesses etíopes na região – o que levou o Egito a começar a se preparar para um ataque à RGR (BERHANE, 2013b) – a aproximação entre o Egito e o Sudão do Sul a partir de 2013 minimizou a preponderância dos interesses etíopes na região, levando a um rebalanceamento que pode ser confirmado a partir das negociações entre as partes em 2014 e 2015. Dessa forma, confirma-se que a criação do Sudão do Sul, ao inserir mais um ator em uma região altamente polarizada, teve impactos fundamentais na dinâmica regional, ainda que esses impactos não tenham seguido o que os estudiosos analisaram para o período pós-independência.

4.2 IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA INTERNACIONAL: O PETRÓLEO SUL-SUDANÊS E AS GRANDES POTÊNCIAS

O segundo recurso que traz o Sudão do Sul para a arena internacional – e o recurso mais importante em termos estratégicos para o país – é o petróleo. Nesse sentido, esta seção tem como objetivo delinear o contexto geral das reservas petrolíferas do Sudão do Sul e analisar os interesses de duas potências, Estados Unidos e China, em relação ao país no que tange suas reservas de petróleo. EUA e China foram escolhidos como os Estados a serem analisados devido a teorização sobre um possível conflito entre elas na África ser uma das grandes tendências do SI contemporâneo.

É necessário, primeiramente, mapear a situação petrolífera do Sudão do Sul nos dias atuais. O interesse geopolítico nas reservas petrolífera do Sudão começa com o início da prospecção pela Chevron, empresa petrolífera estadunidense, durante o choque do petróleo de

²⁶ A IBN construiu uma base técnica sólida para gerenciar os recursos hídricos do Nilo, além de implementar diversos projetos para o desenvolvimento da região. Alguns desses projetos incluem: a interligação operacional Etiópia-Sudão, que leva 100MW de energia da Etiópia ao Sudão, beneficiando 1,4 milhões de famílias; o projeto de interconexão regional, estimado em 403 milhões de dólares, no qual linhas de transmissão e subestações associadas estão em construção para facilitar o comércio de energia entre Burundi, República Democrática do Congo, Quênia, Uganda e Ruanda, bem como projeto hidrelétrico Rusumo Falls, que irá gerar 80 MW para beneficiar Burundi, Ruanda e Tanzânia (BALLET, 2014).

e da Companhia de Holding do Egito e do Kuwait; Companhia de Operações Petrolíferas do Sudd, pertencente conjuntamente a Petronas e a Nilepet, estatal sul-sudanesa; Companhia de Operações *Greater Pioneer*, com 40% das ações pertencentes à CPNC, 30% à Petronas, 25% à Corporação de Petróleo de Gás Natural, indiana, e 5% à Nilepet. 35% dos lucros petrolíferos vão para as empresas, enquanto os 65% restantes são 98% do orçamento do governo do Sudão do Sul (WASSARA, 2014, p. 81). A Total, empresa petrolífera francesa, se mantém como a única empresa ocidental no país e atua no estado de Jonglei, mas ainda não foram encontradas reservas petrolíferas em seu bloco de exploração. A política sul sudanesa para a exploração tem sido a obrigatoriedade de presença, ainda que minoritária, da sua estatal nas grandes companhias de exploração e participação de força de trabalho sul sudanesa nelas.

Esse capítulo parte do pressuposto do estabelecimento de uma disputa entre China e EUA no Sudão do Sul no início do século XXI, contextualizada por Visentini (2013) e Fiori (2008, p. 51-59). A África é um continente visado em questões petrolíferas por ser uma das últimas fronteiras em relação a esse recurso, isto é, por ainda existirem reservas a serem encontradas e exploradas. É nesse sentido que a política externa chinesa para o continente africano tem sido interpretada – ainda que o objetivo de fomentar a cooperação Sul-Sul também seja fundamental e complementar aos interesses em recursos naturais. A China já é o maior parceiro comercial da África e atua em projetos de desenvolvimento, principalmente com a criação de infraestrutura, na maioria dos países do continente. Os EUA, por sua vez, estão atrás da China na questão comercial e de promoção de investimento e adentraram na África nas últimas décadas com um viés mais securitário. A criação do AFRICOM, ou Comando dos Estados Unidos para a África, em 2008, tem como objetivos a contenção de ameaças securitárias que se espalharam pelo continente no início do século XXI e a inserção dos interesses petrolíferos estadunidenses na África, visto que o petróleo é, para os EUA, uma questão de interesse nacional. Conter o avanço da China do continente também já foi colocado como um objetivo estadunidense na África.

O reflexo de tal jogo entre as duas grandes potências para o Sudão do Sul é o interesse das duas grandes potências nas reservas petrolíferas sul-sudanesas. Enquanto que, para a China, esses interesses têm como o foco a manutenção de sua liderança na exploração do petróleo do Sudão do Sul, os interesses estadunidenses ainda não são evidentes. Apesar disso, a hipótese desta subseção é que eles devem ser entendidos a partir de uma perspectiva energética.

No que tange as relações entre a China e o Sudão, nos anos 1990 o governo chinês não preencheu apenas um vácuo econômico no Sudão, mas também se transformou no seu maior aliado político. A China vetou propostas do Conselho de Segurança da ONU de sanções e

medidas contra o governo sudanês e se transformou no principal parceiro comercial do Sudão, sendo assim fundamental para a sobrevivência do regime sudanês em um contexto de maior pressão ocidental contra o regime em Cartum. Em 1995, a China passou a aliança com o Sudão de tradicional para estratégica, e o Sudão, ao longo da década de 1990 e 2000, se transformou no centro da internacionalização da CPNC para a África, sendo um projeto pioneiro para a China e, logo, fundamental para a criação de experiência de internacionalização para o país (LARGE; PATEY, 2014, p. 12). Em 2001, a China era destino de 72,6% das exportações sudanesas e origem de 20,7% das suas importações. Outro efeito das sanções americanas no Sudão foi a criação de oportunidades de negócios para as empresas e os produtos chineses (LARGE, 2012b, p. 6).

A China esteve alheia às negociações que levaram ao APC, não sendo um garantidor formal do acordo, priorizando sua relação bilateral com o Sudão e enfatizando a necessidade de um governo forte no Sudão para evitar o caos interno. Sua primeira posição em relação ao APC após sua assinatura foi um apoio firme à unidade do país, ainda que a China tenha incentivado a Comissão para o Referendo do Sudão, além de enviar uma equipe de observadores para o referendo. A partir de 2007, porém, a China começa a se preparar para a separação do Sul, desenvolvendo uma política de aproximação com o SPLM. Em julho do mesmo ano, uma visita de Salva Kiir à China levou a um acordo entre as partes, no qual a China apoiou o referendo e a secessão do país enquanto as empresas chinesas permaneceriam em solo sul-sudanês após a separação (LARGE, 2012b, p. 9-11). Em 2008, a China abre um consulado em Juba.

Essa aliança com a China, que manteve as empresas chinesas atuando no território do Sudão do Sul até hoje, pode ser à primeira vista contra intuitiva, dada a histórica relação chinesa com o Sudão, inimigo do SPLM/A. Porém, ela mostrou-se interessante para o Sudão do Sul, visto o papel da China no Conselho de Segurança da ONU; uma possibilidade de contrabalancear o poder sudanês; os produtos manufaturados que a China pode oferecer; o fato da produção petrolífera já estar atuando no país há décadas; e os possíveis projetos futuros de desenvolvimento que poderiam ser promovidos pela China no país (PATERNO, 2015). Essa aposta do governo do Sudão do Sul já se mostrou bem-sucedida, com o setor de serviços chineses já estabelecendo restaurantes, hotéis, supermercados e clínicas médicas em Juba, além de promover assistência para educação, saúde e produção agrária (LARGE, 2012b, p. 16). Além disso, a China assinou um contrato de 158 milhões de dólares para a construção de um aeroporto em Juba (WOODWARD, 2012). Dessa forma, a China manteve a centralidade que tinha com

o Sudão agora também com o Sudão do Sul, consumindo 80% das exportações do Sudão do Sul (TIEZZI, 2015).

Os eventos que se sucederam após a independência do Sudão do Sul, entretanto, mostraram que as consequências da fragmentação do Sudão para a China foram perversas. Em 2012, o fechamento da produção petrolífera sul sudanesa deixou a China por quase um ano sem poder produzir ou exportar petróleo do Sudão do Sul. A China teve que intervir e pressionar ambas as partes a negociarem um novo acordo que daria fim ao bloqueio sul-sudanês – rompendo, nem que seja parcialmente, sua política externa de não intervenção nos assuntos internos (MARTINA, 2014). Além disso, a China foi acusada pelo governo do SPLM de roubar petróleo sul-sudanês, ao não interromper totalmente a produção de petróleo, e o no começo de 2012 um ataque do SPLM-N a um sítio de construção chinesa evidenciou a contínua instabilidade do país, mesmo quando oficialmente não está ocorrendo um conflito (PATERNO, 2012).

A crise de 2013 também irá agir no sentido de desestabilizar os planos chineses para o Sudão do Sul. Primeiro, a situação de crise no Sudão do Sul inibe o andamento de processos de desenvolvimento e construção de infraestrutura, limitando as possibilidades de cooperação entre o Sudão do Sul e a China. A questão principal, contudo, é a paralização da produção petrolífera no Sudão do Sul devido às milícias do SPLM/A-Oposição terem conquistado territórios onde acontecem a exploração das jazidas petrolíferas. Já em dezembro de 2013 o governo ordenou as empresas que atuam no estado de Unity a parar suas operações, devido a adesão da quarta divisão do SPLA às forças de oposição (SOUTH SUDAN CIVICS, 2015). Desde então, trabalhadores chineses, assim como indianos, foram evacuados do país. A produção petrolífera, percorridos um ano do início do conflito, caíra por um terço, para 160 mil barris por dia (GRIDNEFF, 2014).

A estratégia chinesa em face da paralização da sua produção petrolífera e da instabilidade interna tem se estruturado em alguns expoentes principais: um pacote de ajuda humanitária para o Sudão do Sul no final do ano de 2014, estimados em 21 milhões de dólares (FIELDING, 2015), acompanhado pelo aumento do número de chineses na UNMISS²⁷ e a participação na mediação das conversas entre as partes beligerantes; a venda de armas, munição e materiais relacionados para o SPLM/A, estimados em 20 milhões de dólares, com o objetivo de assegurar a produção petrolífera remanescente nas mãos do governo – ainda que a China e o Sudão do Sul afirmem que os acordos foram realizados antes do começo do conflito (TIEZZI, 2015); a

²⁷ A missão de paz da ONU para o Sudão do Sul foi estabelecida em 2011 e tem em seu mandato original os objetivos de consolidação de paz e desenvolvimento; de construção de Estado; e de proteger civis.

inclusão no mandato da UNMISS da responsabilidade de se proteger, além de civis, também as instalações petrolíferas (SENGUPTA, 2015). Com o final da crise em 2015, ainda que a estabilidade seja fundamental para a estratégia chinesa no Sudão do Sul, uma segunda dificuldade deverá ser enfrentada, o esgotamento das reservas sul sudanesas. Sem novas descobertas ou melhoras significativas para recuperar as reservas petrolíferas, estas vão secar nos próximos 20 anos e chegar a menos de 100 mil barris por dia em 2018 (LARGE; PATEY, 2014, p. 22).

Os interesses estadunidenses no Sudão e no Sudão do Sul, por outro lado, são menos evidentes que os chineses. Washburne (2014, p. 93) afirma que ainda não é clara qual foi a estratégia estadunidenses por trás da pressão para a realização do APC, e a maioria das análises dos interesses estadunidenses no Sudão do Sul se limita às negociações do APC, passando a analisar somente os governos do Sudão e do Sudão do Sul no momento pós-acordo. A tentativa de evidenciar os interesses estadunidenses nessa monografia, portanto, possui um caráter mais exploratório e de análise de conjuntura.

Em primeiro lugar, a hipótese secundária da terceira seção afirma que são os recursos que inserem o Sudão do Sul nos interesses de atores externos, sejam eles regionais ou extra africanos. O interesse chinês ser mormente petrolífero já foi evidenciado anteriormente; as intencionalidades petrolíferas estadunidenses, contudo, não são tão evidentes. Existem análises que apontam os interesses estadunidenses pela estabilidade regional, visto que o Sudão do Sul está cercado de aliados estadunidenses, como Uganda e Quênia, e a pressão de associações de cristãos e negros no congresso dos EUA como causas principais do envolvimento estadunidense nas mediações da SGCS (WARNER, 2011). Ainda que as intencionalidades não sejam excludentes, a prioridade de voltar ao jogo petrolífero após a Chevron ter se retirado nos anos 1990 é apontada aqui como causa principal devido às primeiras ações dos EUA no período pós-independência do Sudão do Sul terem sido a retirada das sanções em relação ao setor petrolífero sul-sudanês (UNITED STATES, 2013) e a imposição de condicionalidades para a ajuda estadunidense estar condicionada ao envolvimento dos EUA nas atividades de extração de petróleo e gás do Sudão do Sul (PATERNO, 2012).

A pergunta se os EUA, com as negociações do APC, almejavam a separação do Sudão do Sul ou não ainda instiga discussão entre os estudiosos sobre a questão sul-sudanesa²⁸. A estratégia de um Sudão do Sul independente, por um lado, é uma das análises propostas por

²⁸ Ainda existe a possibilidade de os interesses estadunidenses não estarem ainda consolidados em uma estratégia unificada. A entrevista do mediador norueguês sobre as negociações que levaram ao APC aponta nessa direção, pois mostra uma postura reativa estadunidense nas negociações (UNIP, 2006).

Washburne (2014, p. 93), que enfatiza a possibilidade de um novo país não ser mais condicionado a um regime de sanções que impede as empresas estadunidenses de atuarem do país. Essa teoria também vai ao encontro das análises da política externa do governo George W. Bush do “Novo Oriente Médio”, que almeja uma reorganização das fronteiras da região do grande Oriente Médio com o intuito de fragmentação dos Estados e seu enfraquecimento – sendo, assim, mais fácil o controle dos recursos estratégicos regionais (NAZEMROAYA, 2011). A morte de avião do John Garang, o mais reconhecido unionista do SPLM/A, também poderia ser especulada como uma morte não acidental, se os EUA estivessem de fato almejando a separação do Sudão do Sul.

Por outro lado, é possível pensar em uma segunda possível estratégia estadunidense, a remoção do governo do NCP e ascensão do SPLM ao poder central a partir das eleições de 2010. Essa estratégia estaria em conformidade com a aliança que o governo Bush, principalmente de Susan Rice, Conselheira de Segurança Nacional do governo estadunidense, com John Garang e outros líderes do SPLM/A. Welsh (2014) coloca que os oficiais não defendiam a separação sul-sudanesa devido ao investimento pessoal em Garang. Outros indicativos dessa teoria são o fornecimento de ajuda humanitária para o SPLM/A durante a SGCS, que pode ser interpretada como uma tentativa de enfraquecer o governo sudanês (AUTESSERE, 2002); a insistência da mediação em incluir as eleições, apesar da intransigência de ambos os lados beligerantes com tal proposta (UNIP, 2006); a proposta de Colin Powell, Secretário de Estado dos EUA, e de Cameron Hume, a diretora da embaixada dos EUA em Cartum, de levantar as sanções do Sudão (NMOMA, 2006; HUME, 2006). A partir de uma mudança de governo em Cartum e ascensão do SPLM/A ao poder central, o governo estadunidense poderia desestabilizar a aliança entre China e Sudão, uma das principais bases da política chinesa para a África, ganhar acesso às reservas petrolíferas – pois seria possível remover o regime de sanções – e ganhar mais um aliado na região do Chifre da África.

Independentemente de qual seria a estratégia estadunidense para o Sudão do Sul, dois eventos levaram a impossibilidade da segunda estratégia, apontando o interesse estadunidense na separação da região sul-sudanesa. Primeiro, o começo da repercussão internacional e agravamento da questão da Darfur impossibilitou os EUA de retirarem suas sanções ao governo sudanês, acusado pelos EUA de genocida, com ou sem a mudança de governo – deter a guerra em Darfur passou a ser o objetivo primário da política da Obama para o Sudão (BADAWI, 2009). Em segundo lugar, a morte de Garang e a ascensão ao poder de um separatista, Salva Kiir, limitou as possibilidades de cooperação entre os EUA e o SPLM/A em prol da mudança de regime de Cartum.

Documentos secretos do governo estadunidense, revelados pelo sítio *Wikileaks*, estão em acordo com essa teoria. Estes avaliam negativamente a possibilidade de ascensão ao poder do grupo político unionista, liderado pelo Garang, depois de sua morte (STEINFELD, 2006) e criticam o governo central sudanês em sua luta pelo controle do poder central e sua intransigência em acabar com o conflito em Darfur (FERNANDEZ, 2008a; 2008b). O não levantamento das sanções – que, segundo a análise de DeGroot (2009), impossibilita o cumprimento do APC –, a falta de pressão de Washington para o cumprimento do acordo e para a transparência das eleições de 2010 e a aliança da Bush com Salva Kiir seriam os indicativos dessa opção estadunidense pela separação. A estratégia estadunidense, portanto, indicou ser a manutenção de um governo fraco, porém aliado nas operações antiterroristas, no Sudão, e apostar no futuro das suas relações com um Sudão do Sul independente para assegurar o controle das reservas petrolíferas do Sudão do Sul.

Após a separação do Sudão do Sul, as tentativas americanas de se inserir no Sudão do Sul se mostraram falhas. Apesar de uma aproximação com o governo sul sudanês, dos Estados Unidos se manterem como o país líder em ajuda humanitária para o Sudão do Sul (UNITED STATES, 2015) e dos investimentos para a construção de uma estrada que conectou Juba com a fronteira Ugandesa, o Sudão do Sul zelou sua palavra com a China e com as empresas asiáticas, mantendo a produção de petróleo no *status quo* anterior. A única empresa que passou a atuar foi a Exxon, em parceria com a francesa Total, em um bloco de prospecção – e não de produção petrolífera. Qual passou a ser a estratégia estadunidense, visto esse resultado adverso, também é ainda fonte de especulação e debate. A hipótese aqui defendida é que, em primeiro lugar, os EUA escolheram por abandonar seus planos petrolíferos no Sudão do Sul, visto que a instabilidade na produção já nos primeiros meses de existência do Sudão do Sul mostrava que a China estava se prejudicando – o que, no contexto da rivalidade entre EUA e China na África, seria positivo para a política externa estadunidense.

A análise de Mountain (2014) no começo da insurgência do SPLM/A-O aponta os EUA como único beneficiário de tal cenário de instabilidade, pois ela levou a interrupção da exploração petrolífera pela CPNC. A saída da Exxon do Sudão do Sul em agosto de 2014 e a ação estadunidense no Conselho de Segurança da ONU com o intuito de postergar a realização de um embargo de armas para os beligerantes (RUSSIAN TODAY, 2015) – ainda que os Estados Unidos tenham bloqueado os bens dos sul-sudaneses, em solo e bancos estadunidenses, envolvidos no conflito – são outras ações que evidenciam tal escolha estadunidense de manter o caos no Sudão do Sul.

Com o desenrolar da crise política no Sudão do Sul, porém, apareceu uma nova oportunidade para os EUA se inserirem no jogo petrolífero. Ao longo de sua conquista de poços petrolíferos, Riek Marchar começou a tentar firmar acordos com potências externas com o intuito de arrecadar recursos para sua luta, afirmando que poderia fazer novos acordos em relação à exploração petrolífera (OLUOCH, 2015). As negociações entre os beligerantes, promovida pela IGAD e apoiada pelos EUA, chegaram a um acordo final no qual o poder do SPLM/A-O, ainda que limitado na capital, seria maior nos estados produtores de petróleo (PATERNO, 2015; IGAD, 2015). Dessa forma, se desenha uma possível aliança entre Marchar e o governo estadunidense. O levantamento das sanções no setor de comunicações também pode ser interpretado como um indicativo da estratégia estadunidense de enfraquecimento do governo de Salva Kiir. Dessa forma, o presidente do país estaria perdendo controle, ainda que gradualmente, de seu governo e de suas reservas petrolíferas, o que leva a um cenário de instabilidade não só da soberania do governo em relação a seus recursos, mas principalmente dos acordos petrolíferos chineses no país.

5 CONCLUSÃO

A independência do Sudão do Sul é um fenômeno que está apenas começando a ser estudado por estudiosos africanos e das relações internacionais como um todo. Ele é um tópico que instiga curiosidade e análise devido a diversos fatores, entre eles a singularidade de um processo de libertação nacional ser bem-sucedido na África, algo só ocorrido em dois países durante a história da África independente; a longa duração e grande número de mortos das guerras civis que ocorreram no Sudão durante mais de trinta anos; e aos recursos disponíveis em um país com pouca capacidade de administrá-los, o que leva ao aumento da importância da ingerência externa no país. Nesses e em vários outros âmbitos o estudo do mais novo Estado do Sistema Internacional merece dedicação e análises aprofundadas da academia, tanto a brasileira quando no resto do mundo.

Essa monografia teve, nesse sentido, intuito de contribuir, mesmo que de maneira limitada, aos estudos sobre esse fenômeno, ainda tão recente e complexo e com grandes vácuos de conhecimento e análises sobre. Para realizar tal objetivo, a análise do processo de formação do Sudão do Sul como Estado independente no Sistema Internacional levou à elaboração de hipóteses a serem verificadas ao longo da monografia. Resta verificar sua veracidade ou falseá-las, apontando para caminhos a serem analisados em estudos posteriores.

A primeira hipótese discutiu sobre a relação entre a Construção Internacional de Estado e o Sudão do Sul, afirmando que a causa principal para a criação do jovem país foi a pressão estadunidense. Tal hipótese provou-se verdadeira após um estudo sobre as negociações que levaram ao APC, que comprovaram ser fundamental a pressão e o papel estadunidenses para que o NCP sentasse na mesa de negociações e que o APC de fato findasse o conflito. Um elemento pouco analisado pela academia, mas fundamental para a verificação da primeira hipótese, foi a retirada da pressão externa para que o APC cumprisse seu objetivo de fazer atrativa para o Sul a união com o Norte. Portanto, é a união desses dois fatores que garantiu o caráter internacional do processo de formação do Sudão do Sul e ratifica a primeira hipótese do trabalho.

Outros fatores, porém, também acentuam o caráter internacional do processo de construção de Estado do Sudão do Sul, abrindo ainda mais a possibilidade de, no futuro, o Sudão do Sul ser analisado como um exemplo fundamental de tal fenômeno contemporâneo da CIE. A importância externa para a realização de acordos entre as partes beligerantes no Sudão se estendeu para o Sudão do Sul independente, como os acordos entre o Sudão e o Sudão do

Sul em 2012 e, mais importante, a importância da pressão externa para o fim da crise interna de 2013 evidenciaram. Além disso, a sobrevivência do Sudão do Sul ainda depende das OIs e ONGs internacionais, agravando a necessidade do Sudão do Sul possuir uma imagem positiva no Sistema Internacional. Nesse sentido, a busca por soberania externa ou negativa, evidenciada como uma característica do Estado africano, é fundamental no caso sul sudanês. Outro dois fatores que vão ao encontro do encaixe do Sudão do Sul no processo de CIE são o federalismo étnico e a imposição de leis estatutárias no país, que mostram que a CIE não só cria vulnerabilidades à soberania e ao poder de tomada de decisões dos governantes africanos como também pode gerar um escalonamento da violência interna, pois a imposição de elementos externos aos costumes de um país gerarão resistência e respostas, sejam elas a partir de oposição ao governo central ou violência entre grupos internos.

A segunda hipótese também foi ratificada. Esta procura evidenciar que a principal consequência do processo de construção de Estado no Sudão do Sul foi a ascensão ao poder do SPLM/A e a manutenção do *status quo* político. A crise de 2013 foi a comprovação da impossibilidade da continuação das práticas de um movimento de libertação nacional em um partido e em um Estado. O avanço em direção às Ordens de Acesso Abertas, ou mesmo tentativas de diminuir a propensão dos grupos internos no Sudão do Sul a se utilizarem de rebeliões rentistas para ocupar melhores posições na administração governamental, não se mostraram eficazes no médio prazo. O que ocorreu, em vez disso, foi um gradual enfraquecimento do governo central, como pode ser demonstrado no acordo que deu fim à crise interna de 2013. Uma nova lógica para o funcionamento das instituições sul-sudanesas, que não instigue violência e leve a uma acomodação das elites no poder central, é necessária para que o Estado possa alcançar estabilidade de curto e médio prazo e desenvolvimento no longo prazo.

Essa nova lógica, porém, não significa que todo o sistema político sul sudanês deve ser repensado, ou que é apenas responsabilidade dos atores internos a instabilidade que ocorreu nos últimos anos no país. O maior exemplo de uma correlação entre o interno e o externo é o surgimento de disputas por território no Sudão do Sul que existiam em menor intensidade quando o SPLM se utilizava da lei costumeira e afloraram após a aplicação de preceitos da CIE na realidade sul-sudanesa. Análises mais profundas, que não excluam o papel do interno ou do externo, ou que não vejam o primeiro em uma lente majoritariamente negativa e, o segundo, predominantemente positiva, ainda são necessárias no estudo do Sudão do Sul e são caminhos para futuras análises sobre a realidade sul-sudanesa.

Finalmente, em relação a terceira hipótese, que consta que a criação do Sudão do Sul teve implicações para as relações internacionais, tanto na esfera regional quanto no SI como um todo, também se verificou verdadeira. Para sua ratificação, foi necessária adicionar a ela uma hipótese secundária, a da centralidade dos recursos naturais sul-sudaneses para a geração de tais implicações. Foi a abundância de recursos naturais, a água no caso da Região da Bacia do Nilo e o petróleo no caso das grandes potências, que asseguraram a importância do Sudão do Sul no cenário internacional. Isso foi comprovado devido às relações que começaram a ser estabelecidas com o Sudão do Sul, que levaram a uma abundância de investimentos, ajuda humanitária e assistência ao país, advirem de países que tinham grandes interesses nos recursos sul sudaneses. Em relação à região da Bacia do Rio Nilo, a aproximação primeiro com a Etiópia e, em um segundo momento, com o Egito, demonstraram a importância do Sudão do Sul se posicionar na balança de poder para a segurança ambiental e hídrica da região, e teve como consequência o reaparecimento de relações de cooperação entre os países da região.

No caso do conflito entre EUA e China na África, o caso sul-sudanês é um bom exemplo não só da existência de tal confrontação, mas da contínua importância dada por essas grandes potências à segurança energética de seus países. Um país com grandes deficiências econômicas e sem um papel de liderança regional ser alvo de tanta atenção por parte dos tomadores de decisão chineses e estadunidenses ratifica a terceira hipótese e pode ser um indício do comportamento dessas potências no futuro, visto que a tendência global é de cada vez mais escassez de recursos naturais e energia disponíveis para as populações dos países desenvolvidos.

É importante ressaltar que a crise interna sul-sudanesa de 2013 também foi outro indicativo da importância do jovem país nos cenários regional e internacional. Ambas as potências que, em suas respectivas balanças de poder, pareciam estar em desvantagem – o Egito no Nilo e os Estados Unidos no jogo petrolífero sul-sudanês – acabaram utilizando das oportunidades advindas da crise para ganharem influência política no Sudão do Sul e melhorarem suas posições relativas nas balanças de poder. Nesse sentido, faz-se fundamental a constante análise da situação interna sul-sudanesa para analisar o futuro das balanças de poder na região da Bacia do Rio Nilo e no confronto entre Estados Unidos e China pelos recursos energéticos na África.

Um estudo sobre um país com poucos anos de vida e sem uma ampla base bibliográfica sobre a sua formação mostrou-se um desafio e levou a limitações desta monografia. Para futuros estudos, é necessário um maior aprofundamento sobre os interesses estadunidenses durante

todo o período histórico sudanês e sul-sudanês, além de uma maior compreensão sobre o sistema político arquitetado por John Garang e Salva Kiir, sempre almejando ir além das taxações negativas sobre sistemas políticos africanos que não seguem os padrões da visão institucionalista weberiana de construção de Estado, tão impregnada nas análises atualmente existentes sobre o Sudão do Sul. Comparações do processo de construção do Sudão do Sul com outros processos de CIE mais conhecidos, como por exemplo os casos do Oriente Médio no cenário pós-Guerra ao Terror, também podem ser interessantes para salientar tendências do comportamento das grandes potências e das OIs e ONGs no século XXI. Finalmente, a sociedade sul-sudanesa, em toda sua cultura, seus costumes e idiossincrasias, também deverá ser base de estudos posteriores mais aprofundados.

De qualquer forma, a monografia serve como um começo de futuros projetos de pesquisa sobre a Construção Internacional de Estado, conceito ainda desconhecido por parte da academia brasileira e internacional, mas fundamental para uma maior compreensão do que é, e como se insere internacionalmente, o Estado periférico na contemporaneidade, e sobre a realidade sul-sudanesa, ainda muito desconhecida e que possui implicações tão importantes para a vida de milhões de pessoas e das relações internacionais como um todo.

REFERÊNCIAS

- AFRICA CONFIDENTIAL. US security and Chinese capital. **Africa Confidential**, v. 56, n. 3, fev. 2015. Disponível em: http://www.africa-confidential.com/article-preview/id/5996/US_security_and_Chinese_capital. Acesso em: 12 nov. 2015.
- AHMED, E. The Comprehensive Peace Agreement and the Dynamics of Post-Conflict Political Partnership in Sudan. **Africa Spectrum**, v. 44, n. 3, p. 133-147, 2009.
- AITKEN, R. Cementing Divisions? **Policy Studies**, v. 28, n. 3, p. 247-267, 2007.
- AALEN, L. Making Unity Unattractive: The Conflicting Aims of Sudan's Comprehensive Peace Agreement. **Civil Wars**, v.15, n.2, p. 173-191, 2013.
- ALI, A. A. G; ELBADAWI, I. A.; EL-BATAHANI, A. **Sudan's Civil War: Why Has It Prevailed for So Long?** In: COLLIER, P.; SAMBANIS, N. (org.) *Understanding civil war: evidence and analysis*. Washington: World Bank, 2005.
- AUTESERRE, S. United States "Humanitarian Diplomacy" in South Sudan. **Journal of Humanitarian Assistance**, mar. 2012. Disponível em: <http://sudanarchive.net/cgi-bin/pagessoar?a=pdf&d=Dslpd255.1.2&dl=1&sim=Screen2Image>. Acesso em: 01 out. 2015.
- AYERS, A. J. Sudan's Uncivil War: the global-historical constitution of political violence. **Review of African Political Economy**, v. 37, n. 125, 2010, p. 153-171.
- AZIKIWE, A. Water and the Geopolitics of the Nile Valley: Egypt Confronts Ethiopia. **Global Research**, 18 jun. 2013. Disponível em: www.globalresearch.ca/water-and-the-geopolitics-of-the-nile-valley-egypt-confronts-ethiopia/5339545. Acesso em: 10 set. 2014.
- BADAWI, A. Call to Lift US Sanctions from Sudan Deserves Praise not Derision. **African Arguments**, 13 ago. 2009. Disponível em: <http://africanarguments.org/2009/08/13/call-to-lift-us-sanctions-from-sudan-deserves-praise-not-derision/>. Acesso em: 21 set. 2014.
- BALLEH, A. Nile Basin Initiative (NBI): Has it delivered on its promises? **Horn Affairs**, 11 set. 2014. Disponível em: <http://hornaffairs.com/en/2014/09/11/nile-basin-initiative-nbi-has-it-delivered-on-its-promises/>. Acesso em: 06 nov. 2015.
- BERHAME, D. S. Sudan: 'Ethiopia has the right to use Nile for electricity, irrigation'. **Horn Affairs**. 14 ju. 2013. Disponível em: <http://hornaffairs.com/en/2013/06/14/south-sudan-ethiopia-use-nile-electricity-irrigation/>. Acesso em: 01 nov. 2015.
- BELLONI, R. The Birth of South Sudan and the Challenges of Statebuilding, **Ethnopolitics: Formerly Global Review of Ethnopolitics**, v.10, n.3-4, p. 411-429, 2011.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **South Sudan. Cia World Factbook**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/od.html>. Acesso em: 02/02/2014.
- CHANDLER, D.; SISK, T. D. **Introduction**. In: CHANDLER, D.; SISK, T. D. (ed.). *Routledge Handbook of International Statebuilding*. Abingdon: Routledge, 2013.
- CHANDLER, D. The Problem of the African State: The Missing Genealogy of International Statebuilding. In: SGIR PAN-EUROPEAN CONFERENCE ON INTERNATIONAL RELATIONS, 6, 2007, Turin. Disponível em: <http://www.davidchandler.org/wp-content/uploads/2014/11/ECPR-Problem-of-African-State.pdf>. Acesso em: 27 out. 2015.

CHANDLER, D. **Post-Conflict Statebuilding**: Governance without Government. In: PUGH, M.; COOPER, N.; TURNER, M. (org.). *Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding*. New York, Palgrave Macmillan, 2008.

CHANDLER, D. International experts analyze impacts of Ethiopian dam. **Massachusetts Institute of Technology News Office**. 22 abr. 2015. Disponível em: <http://news.mit.edu/2015/grand-ethiopian-renaissance-dam-report-0422>. Acesso em: 01 nov. 2015.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.

CHIKOZHO, C. Pathways for building capacity and ensuring effective transboundary water resources management in Africa: Revisiting the key issues, opportunities and challenges. **Physics and Chemistry of the Earth**, v. 76, n. 78, 2014, p. 72–82

CLAPHAM, C. **Third World Politics**. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2004.

CLAPHAM, C. **African and the International System**: the Politics of State Survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COPNALL, J. **A Poisonous Thorn in our Hearts**: Sudan and South Sudan's Bitter and Incomplete Divorce. London: Hurst&Company, 2014.

DUFFIELD, M. **Global Governance and the New Wars**. New York: Palgrave, 2001.

EGITO; ETIÓPIA; SUDÃO. **Agreement on Declaration of Principles between The Arab Republic of Egypt, the Federal Democratic Republic of Ethiopia and the Republic of the Sudan on the Grand Ethiopian Renaissance Dam Project (GERDP)**. 25 mar. 2015. Disponível em: <http://hornaffairs.com/en/2015/03/25/egypt-ethiopia-sudan-agreement-on-declaration-of-principles-full-text/>. Acesso em: 25 out. 2015.

ETIÓPIA. South Sudan and regional consensus along the Nile. Ministry of Foreign Affairs. **A Week in the Horn of Africa**. 29 mar. 2013. Disponível em: <http://hornaffairs.com/en/2013/03/29/nile-south-sudan-and-regional-consensus-on-the-nile-waters/>. Acesso em: 02 nov. 2015.

NORTH, D. C. et al. **Limited Access Orders**: Rethinking the Problems of Development and Violence. 2009. Disponível em: http://esnie.org/pdf/textes_2009/NorthWallisWebbWeingast_LimitedAccessOrders.pdf. Acesso em: 10 maio 2015.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDEZ, A. Sudan: Narrow Window for Achieving U.S. Objectives. **Wikileaks**, 22 jan. 2008a. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08KHARTOUM90_a.html. Acesso em: 09 nov. 2015.

FERNANDEZ, A. The National Congress Party - Sudan's Brutal Pragmatists. **Wikileaks**, 9 mar. 2008b. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08KHARTOUM338_a.html. Acesso em: 09 nov. 2015.

FERREIRA, P. M. **“Estados Frágeis” em África**: A Intervenção Externa nos Processos de Construção do Estado (statebuilding) e da Paz (peacebuilding). Disponível em: https://www.academia.edu/6651149/_Estados_Fr%C3%A1geis_em_%C3%81frica_a_Interve

n%C3%A7%C3%A3o_Externa_nos_processos_de_constru%C3%A7%C3%A3o_do_Estado_Statebuilding_e_da_Paz_Peacebuilding_. Acesso em: 05 jul. 2015.

FIELDING, A. Could South Sudan Push Provide Blueprint for China's African Security Policy? **International Peace Institute**, 24. Jun. 2015. Disponível em: <http://theglobalobservatory.org/2015/06/south-sudan-china-africa/> Acesso em: 12 nov. 2015.

FIORI, J. L. **O Sistema Interestatal Capitalista no Início do Século XXI**. In: FIORI, J. L.; SERRANO, F.; MEDEIROS, C. A. de. O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FIORI, J. L. **Formação, Expansão e Limites do Poder Global**. In: FIORI, J. L. (org.). O Poder Americano. Petrópolis: Vozes, 2004.

DEGROOT, D. U.S. Sanctions Threatening Sudan's U.S.-Ratified Internal Peace Agreement. **Executive Intelligence Review**, 29 mai. 2009. Disponível em: http://www.larouchepub.com/other/2009/3621sancs_thrtn_cpa.html#fn1. Acesso em: 8 nov. 2015.

GEOGRAFIA E ATUALIDADES. 2015. Disponível em: <http://geografiaeatuallidades.blogspot.com.br/2011/07/serie-africa-sudao-do-sul.html>. Acesso em: 06 out. 2015.

GRIDNEFF, I. Exxon Ends Oil Search With Total in South Sudan as War Rages. **Bloomerang Business**, 14 ago. 2014. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-08-13/exxon-abandons-oil-search-with-total-in-south-sudan-as-war-rages>. Acesso em: 12 nov. 2015.

GRIFINI. **Observer Missions Must stop Lending their Credibility to Sudan's Elections**. 2010. Disponível em: <http://girifna.com/1368>. Acesso em: 27 out. 2015.

GUIA DEL MUNDO. **Historia del Sudán**. 2007. Disponível em: <http://www.guiadelmundo.org.uy/cd/countries/sdn/History.html>. Acesso em: 19 mar. 2014.

HAGMANN, T; PÉCLARD, D. Negotiating Statehood: Dynamics of Power and Domination in Africa. **Development and Change**, v. 41, n. 4, 2010, p. 539-562.

HARTZELL, C; HOODIE, M. The Art of The Possible: Power-Sharing and Post-Civil War Democracy. **World Politics**, v. 67, n 1, p. 37-71, jan. 2015.

HERBST, J. The Creation and Maintenance of National Boundaries in Africa. **International Organization**, v. 43, p. 673-692, 1989.

HRBEK, Ivan. **A África setentrional e o chifre da África**. In: MAZRUI, Ali (org.). História Geral Da África VIII. Brasília, UNESCO, 2010.

HORN AFFAIRS. South Sudan, Egypt Ink \$26 Million in Bilateral Deals. **Horn Affairs**, 27 nov. 2014. Disponível em: <http://hornaffairs.com/en/2014/11/27/south-sudan-egypt-bilateral-deals/>. Acesso em: 30 out. 2015.

HOUSSEIN, W. Cairo scrambles to restart Entebbe negotiations. **Al-Monitor**, 4 jun. 2015a. Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/05/egypt-nile-water-entebbe-agreement-sudan-downstream-upstream.html>. Acesso em: 31 out. 2015.

HOUSSEIN, W. Egyptian-Ethiopian disputes stall Renaissance Dam. **Al-Monitor**, 7 ago. 2015b. Disponível em: <http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/08/egypt-ethiopia-sudan-renaissance-dam-disputes-brl-deltares.html#>. Acesos em: 02 nov. 2015.

HUME, C. Sudan Sanctions - More on Rail/Barge Spare Parts. **Wikileaks**, 6 fev. 2006. Acesso em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06KHARTOUM273_a.html. Acesso em: 01 nov. 2015.

INTERGOVERNMENTAL AUTHORITY ON DEVELOPMENT (IGAD). **Agreement on the Resolution of the Conflict in the Republic Of South Sudan Addis Ababa, Ethiopia**. 17 ago. 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5FAwdVtt-gCe1BQZVAXbjhUc1FmSHo3VnNaT09Ldm1GNEhz/view>. Acesso em: 05 nov. 2015.

JANE'S. **Sudan**: Country Profile. JANE'S, 2009.

JOBSON, E. China in Ethiopia: Treading a new path. **Horn Affairs**, 3 mar. 2014. Disponível em: <http://hornaffairs.com/en/2014/03/03/china-in-ethiopia-treading-a-new-path/>. Acesso em: 10 out. 2014

JOHNSON, D. H. **The Root Causes of Sudan's Civil Wars**. Bloomington: Indiana University Press, 2003.

JOHNSON, D. H. Why Abyei Matters: The Breaking Point of Sudan's Comprehensive Peace Agreement? **African Affairs**, v. 107, n.426, p. 1–19, 2008.

JOHNSON, D. H. Briefing: The Crisis in South Sudan. **African Affairs**, v. 113, v. 451, p. 300-309, 2014.

LARGE, D. **The International Presence in Sudan**. In: RYLE, J. (org.). *The Sudan Handbook*. London, Rift Valley Institute, 2012a.

LARGE, D. Between the CPA and Southern Independence: China's Post-Conflict Engagement in Sudan.South. **African Institute of International Affairs Occasional Paper**, n. 115. Abr. 2012b. Disponível em: <http://www.saiia.org.za/occasional-papers/between-the-cpa-and-southern-independence-chinas-post-conflict-engagement-in-sudan>. Acesso em: 05 nov. 2015.

LARGE, D; PATEY, L. Riding the Sudanese Storm: China, India, Russia, Brazil and the Two Sudans. **African Institute of International Affairs Occasional Paper** n. 197. Jun. 2014. Disponível em: http://www.eldis.org/go/home&id=69126&type=Document#.VkCm_LerTIU Acesso em: 09 set. 2015.

LIJPHART. **Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration**. New Haven, Yale University Press, 1977.

LEMAY-HÉBERT, N. **Rethinking Weberian Approaches to Statebuilding**. In: CHANDLER, D.; SISK, T. D (ed). *Routledge Handbook of International Statebuilding*. Abingdon: Routledge, 2013.

MAHMOUD, D. I. Sudan's Comprehensive Peace Agreement: Amidst the Clash of Agendas: Attempts, Failures and Lessons Unlearned. **Civil Wars**, v. 15, n.2, p. 157-172, 2013.

MARTINA, Michael. South Sudan marks new foreign policy chapter for China: official. **Reuters**, 02 nov. 2014. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/02/11/us-china-southsudan-idUSBREA1A0HO20140211>. Acesso em: 23 mar. 2014

MAMDANI, M. South Sudan: No power-sharing without political reform. **CODESRIA**, 24 mar. 2014. Disponível em: <http://www.codesria.org/spip.php?article1959&lang=en>. Acesso em: 29 set. 2014a.

- MAMDANI, M. **Some Questions Regarding the Independence of South Sudan**. In: WASSARA, S. S.; AL-ABDIN, A. Z (org.). *Post-Referendum Sudan: National and Regional Questions*. Dakar: CODESRIA, 2014b.
- MAMDANI, M. **Citizen and subject: contemporary African and the legacy of late colonialism**. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MBEMBE, A. **On the Postcolony**. Berkeley: University of California Press, 2001.
- MEKONNEN, Biruk. South Sudan conflict and Egypt's hydro politics. **Sudan Tribune**, 10 abr. 2014. Disponível em: <http://www.sudantribune.com/spip.php?article50596>. Acesso em: 14 abr. 2014
- MOUNTAIN, T. The USA v. China in South Sudan. **Counterpunch**, 23 jan. 2015. Disponível em: <http://www.counterpunch.org/2014/01/23/the-usa-v-china-in-south-sudan/>. Acesso em: 12 ago. 2015.
- NMOMA, V. The Shift in United States-Sudan Relations: A Troubled Relationship and the Need for Mutual Cooperation. **The Journal of Conflict Studies**, v. 26, n. 2, 2006. Disponível em: <https://journals.lib.unb.ca/index.php/jcs/article/view/4512/5322>. Acesso em: 05 ago. 2015.
- NORTH, D. C et al. **Limited Access Orders: Rethinking the Problems of Development and Violence**. 2009. Disponível em: http://esnie.org/pdf/textes_2009/NorthWallisWebbWeingast_LimitedAccessOrders.pdf. Acesso em: 10 maio 2015.
- OLIVEIRA, L. K., SILVA, I. C. Sudão do Sul: novo país, enormes desafios. **Meridiano 47**, v. 10, n. 128, 2011, p. 25-35.
- OLUOSH, F. South Sudan: Peace Deal in Jeopardy Over Kiir's New States. **All Africa**, 10 out. 2015. Disponível em: <http://allafrica.com/stories/201510110299.html>. Acesso em: 24 out. 2015.
- PATERNO, S. South Sudan: A critical battleground between China and USA. **Sudan Tribune**, 17 fev. 2012. Disponível em: <http://www.sudantribune.com/spip.php?article41631>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- PATERNO, S. South Sudan: A critical battleground between China and USA (Part II). **Sudan Tribune**, 14 jun. 2015. Disponível em: <http://www.sudantribune.com/spip.php?article55339>. Acesso em: 06 nov. 2015.
- PARIS, R. International peacebuilding and the 'mission civilisatrice'. **Review of International Studies**, n. 28, p. 637-656, 2002.
- PEARCE, F. On the River Nile, a Move to Avert a Conflict Over Water. **Yale Environment** 360, 12 mar. 2015. Disponível em: http://e360.yale.edu/feature/on_the_river_nile_a_move_to_avert_a_conflict_over_water/2855/. Acesso em: 01 nov. 2015.
- PINAUD, C. South Sudan: Civil War, Predation and the Making of a Military Aristocracy. **African Affairs**, v. 113, n. 451, p. 192-211, 2014.
- PENDLE, N. Interrupting the Balance: Reconsidering the Complexities of Conflict in South Sudan. **Disasters**, v. 38, n. 2, 227-248, 2014.

PUTNAM, R. Diplomacia e Política Doméstica: A Lógica dos Jogos de Dois Níveis. **Revista Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

RAHMAN. The Geopolitics of Water in the Nile River Basin. **Global Research**, 24 jul. 2011. Disponível em: <http://www.globalresarch.ca/the-geopolitics-of-water-in-the-nile-river-basin/25746>. Acesso em: 05 mar 2014

RUSSIAN TODAY. US officials tussle over arms embargo, sanctions in oil-flush South Sudan. **Russian Today**, 16 jan. 2015. Disponível em: <https://www.rt.com/usa/226387-south-sudan-sanctions-war/>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SENGUPTA, S. For the US and China, a Test of Diplomacy in South Sudan. **New York Times**, 2 mar. 2015. Disponível em: http://www.nytimes.com/2015/03/03/world/africa/for-the-us-and-china-a-test-of-diplomacy-on-south-sudan.html?_r=0. Acesso em: 04 nov. 2015.

SHARAMO, R; MESFIN, B. **Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa**. Pretória: Institute of Security Studies, 2011.

SILVA, I. C. da. **Congo: Guerra Mundial Africana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

SOUTH SUDAN CIVICS. **SPOC (Sudd Petroleum Operating Company)**. Disponível em: <http://www.southsudancivics.info/SSCinfo/topics/spoc-sudd-petroleum-operating-company>. Acesso em: 30 out. 2015.

SRIRAM, C. L.; ZAHAR, M. J. The Perils of Power-Sharing: Africa and Beyond. **Africa Spectrum**, v. 44, n. 3, p. 11-39, 2009

SRINIVASANAN, S. Negotiating Violence: Sudan's Peacemakers and the War in Darfur. **African Affairs**, v. 113, n. 450, p. 24-44, 2013.

STEINFELD, A. Southern Sudan: Political Factionalism within the SPLM. **Wikileaks**, 12 abr. 2006. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/06KHARTOUM887_a.html. 12 out. 2015.

TAFESSE, T. **Water Conflict Resolution and Institution Building in the Nile Basin**. In: SHARAMO, R; MESFIN, B. **Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa**. Pretória: Institute of Security Studies, 2011.

TEKLE, T. Tripartite national committee to re-examine Nile dam. **Sudan Tribune**, 23 set. 2014. Disponível em: <http://www.sudantribune.com/spip.php?article52499>. Acesso em: 04 nov. 2014.

TIEZZI, S. UN Report: China Sold \$20 Million in Arms and Ammunition to South Sudan. **The Diplomat**, 14 ago. 2015. Disponível em: <http://thediplomat.com/2015/08/un-report-china-sold-20-million-in-arms-and-ammunition-to-south-sudan/>. Acesso em: 05 nov. 2015.

TILLY, C. **Coercion Capital and European States AD 990-1990**. Oxford: Blackwell Pub, 1990.

TOFT, M. Territory and War. **Journal of Peace Research**, v. 51, n. 2, p. 185-198, 2014.

TURTON, D. **War and Ethnicity: Global Connections and Local Violence**. Rochester: Rochester University Press, 1977.

UNITED NATIONS. **The Responsibility to Protect**. 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/preventgenocide/adviser/responsibility.shtml>. Acesso em: 06 out. 2015.

- UNITED STATES. Sudan Sanctions Program. **Department of Treasury**. 2013. Disponível em: <http://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/Programs/Documents/sudan.pdf>. Acesso: 04 jun. 2015.
- UNITES STATES. U.S. Relations with South Sudan. **US Department of State**. 16 set. 2015. Disponível em: <http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/171718.htm>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE (UNIP). **Interview # 31 - Executive Summary**. Nov. 2006. Disponível em: <http://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/histories/sudan/31.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2015.
- VISENTINI, P. F. V. **África e as Potências Emergentes: Nova Partilha ou Cooperação Sul-Sul?** Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.
- VERHOEVEN, H. Analysis: South Sudan conflict destabilizes Ethiopia's regional **strategy**. **Horn Affairs**. 31 maio 2014. Disponível em: <http://hornaffairs.com/en/2014/05/31/south-sudan-destabilizes-ethiopia-strategy/>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- WAI, Z. Neo-patrimonialism and the discourse of State Failure in Africa. **Review of African Political Economy**, v. 39, n. 131, p. 27-43, 2012.
- WARNER, L. A. **Southern Sudan**: Understanding US Interests and Equities at the end of the Comprehensive Peace Agreement. In: Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa. Pretória: Institute of Security Studies, 2011.
- WALL, A. de. When Kleptocracy Becomes Insolvent: Brute Causes of the Civil War in South Sudan. **African Affairs**, v. 113, n. 452, p. 347-369, 2014.
- WASHBURNE, S. L. **Legitimacy, Identity and Conflict: The Struggle for Political Authority in Southern Sudan, 2005-2010**. 2010. 304f. Tese (Doutorado em Estudos Árabes e Islâmicos) – The Institute of Arab and Islamic Studies, Universidade de Exeter. 2010.
- WASSARA, S. S. **Consequences of Referendum in Southern Sudan for Sudan, Horn of Africa and Neighbouring Regions**. In: WASSARA, S. S; AL-ABDIN, A. Z (org.). Post-Referendum Sudan: National and Regional Questions. Dakar, CODESRIA, 2014.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1982.
- WELSH, T. Can the U.S. Forge a Relationship with South Sudan? **US News**, 15 dez. 2014. Disponível em: <http://www.usnews.com/news/articles/2014/12/15/can-the-us-forge-a-relationship-with-south-sudan>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- WESSELING, H. L. **Dividir para Dominar: A Partilha da África 1880-1914**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- WIKIPEDIA. **South Sudan**. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/South_sudan. Acesso em: 05 ago. 2014.
- WOODWARD, P. South Sudan. **Africa Yearbook Online**, vol. 9, 2012. Disponível em: http://referenceworks.brillonline.com/entries/africa-yearbook-online/south-sudan-vol-9-2012-ayb2012_COM_0040. Acesso em: 05 out. 2013
- WORLD BANK. **Economic Overview: South Sudan**. 5 mar. 2015. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/southsudan/overview>. Acesso em: 05 jul. 2015.

YLÖNEN, Aleksi. **The failure of Making Unity Attractive: the Uncertain Future of the Comprehensive Peace Agreement Implementation in Sudan.** In: Regional Security in the post-Cold War Horn of Africa. Pretória: Institute of Security Studies, 2011

ZAMBAKARI, C. In search of durable peace: the Comprehensive Peace Agreement and power sharing in Sudan. **The Journal of North African Studies**, v. 18, n. 1, p. 16-13, 2013.

ZAMBAKARI, C. **The Nation-Building Project and its Challenges.** In: WASSARA, S. S; AL-ABDIN, A. Z (org.). Post-Referendum Sudan: National and Regional Questions. Dakar, CODESRIA, 2014.

ZAUM, D. **The Sovereignty Paradox: The Norms and Politics of International Statebuilding.** Oxford: Oxford University Press, 2007.